



**Estudo de identificação e formulação de estratégias para resposta aos
desafios atuais e futuros da CNE – Comissão Nacional de Eleições**



RELATÓRIO FINAL

Autores:

Vítor da Conceição Gonçalves (Coordenador),

Ricardo Rodrigues e João Nunes Borges

Lisboa, novembro de 2023

Índice

Sumário Executivo.....	3
1. Introdução.....	5
2. Objetivos	6
3. Nota Metodológica	7
4. Resultados do Questionário aos Membros das Mesas de Voto	10
4.1- Caraterização dos respondentes	10
4.2- Perceção sobre o funcionamento da mesa no último ato eleitoral	14
4.3- Conhecimento e perceção sobre a CNE.....	21
4.4- Desafios, oportunidades e prioridades.....	31
4.5- Outros tópicos	45
5. Análise das Entrevistas.....	50
5.1- Fatores Políticos e Legais	50
5.2- Fatores Económicos	53
5.3- Fatores Socioculturais.....	53
5.4- Fatores Tecnológicos	55
5.5- Fatores Ambientais	56
6. Análise SWOT	57
6.1- Oportunidades	57
6.2- Ameaças.....	58
6.3- Pontos Fortes	58
6.4- Pontos Fracos.....	59
7. Conclusões e Recomendações	59
Referências.....	63
Anexos.....	64
Anexo 1 – Questionário	64
Anexo 2 – Guião de Entrevistas	72
Anexo 3 – Lista de Participantes nas Entrevistas.....	75

Sumário Executivo

O início da atividade da CNE – Comissão Nacional de Eleições remonta a 1975 e, durante os quase 50 anos entretanto decorridos, o país mudou de forma acentuada. Nessa trajetória, Portugal também se afirmou pela qualidade da sua democracia, beneficiando do trabalho desenvolvido por um conjunto de instituições e entidades, entre as quais a própria CNE. Porém, apesar dos esforços desenvolvidos para que a CNE continue a contribuir para o prestígio da democracia em Portugal, importa reconhecer a existência de um conjunto de desafios que podem suscitar alterações na sua atuação.

Neste contexto, no presente trabalho procurou-se identificar quais são os principais desafios atuais e futuros que a CNE deve considerar com vista ao desenvolvimento da sua atividade e concretização da sua missão. Para o efeito procedeu-se a uma alargada recolha de informação que envolveu a consulta de literatura e outras fontes documentais públicas, a realização de um questionário junto de um grupo abrangente de cidadãos que já participaram em mesas de voto e, por fim, entrevistas com cidadãos reconhecidos pelas suas intervenções políticas, cívicas e académicas. A informação recolhida foi tratada e sistematizada com recurso à análise PESTLA, um instrumento que permite a identificação de elementos de várias dimensões externas às organizações e que, conjuntamente com a informação interna sobre a CNE, sustentaram a elaboração da análise SWOT que, partindo da identificação das Oportunidades e Ameaças no ambiente externo e as Forças e Fraquezas, assegura o mapeamento dos principais desafios a que a CNE deverá atender.

Decorrente da análise efetuada, sobressaem quatro principais áreas de intervenção, nomeadamente a imagem da CNE, a evolução no digital e as suas implicações, os órgãos de comunicação social e a organização eleitoral.

No que se refere à imagem, apesar da perceção positiva que resulta da análise dos 1.965 questionários válidos, sobressai a importância, também corroborada no âmbito das entrevistas, de reforçar a notoriedade e a imagem da CNE como uma garantia histórica da fiabilidade e confiabilidade dos atos eleitorais e a importância de aumentar o conhecimento público acerca das atribuições e responsabilidades da CNE. Para o efeito, poderá ser necessário que a CNE reforce competências nestes domínios, podendo beneficiar do conhecimento e competências disponíveis noutras entidades públicas ou privadas.

No âmbito das implicações associadas à evolução no digital, preconiza-se a necessidade de reforço das competências digitais da CNE, preparando-a para um cenário em que passe a estar disponível alguma modalidade de voto eletrónico que pode vir a ser presencial ou à distância e com ou sem “paper trail”, ou alguma outra tecnologia de urnas “inteligentes” que realizem de forma automática a leitura do voto. Em qualquer dos cenários será sempre prioritário para a CNE garantir a fiabilidade do voto e que não ocorra a exclusão de cidadãos eleitores pelo menor domínio que possam ter dos instrumentos tecnológicos. No curto prazo, reconhece-se a importância da digitalização dos cadernos eleitorais e o recurso às tecnologias para comunicar com os cidadãos e eleitores. Ainda no domínio tecnológico, sobressai, especialmente no âmbito das entrevistas realizadas, a preocupação com

fenómenos como as “fake news” que podem introduzir desigualdades entre candidatos e candidaturas e que a CNE possa contribuir para minimizar através de mecanismos de esclarecimento público. Também neste caso, está em causa a disponibilidade de um conjunto de recursos e competências que será necessário assegurar diretamente ou através de uma rede de entidades com as quais a CNE se relacione.

Uma das áreas que foi alvo de particular mudança desde a constituição da CNE é a dos órgãos de comunicação social. De facto, a abertura à iniciativa privada, o aparecimento de novos meios de comunicação social e a criação da ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social suscitam desafios ao papel da CNE para salvaguardar a igualdade de tratamento relativamente aos candidatos e candidaturas. Neste domínio pode estar em questão a necessidade de reforço e sistematização das regras referentes à propaganda eleitoral e pode justificar-se o reforço da articulação com a ERC.

Por fim, salienta-se a temática da organização eleitoral. Embora nem todas as medidas decorram diretamente da iniciativa e atividade da CNE, sobressai tanto nos questionários como nas entrevistas, a importância de envolvimento da CNE. Em causa estão as formas de organização/consolidação do voto antecipado, do voto em mobilidade e do voto não presencial e a análise de vantagens e inconvenientes da eventual evolução para o chamado “voto preferencial” ou outro. Já no domínio de intervenção mais direto da CNE, sobressai a importância de constituir e preparar a utilização pelas mesas de voto de FAQs/tutoriais no decurso das diferentes votações e a construção e organização formações a ministrar aos diferentes participantes nas mesas de voto. Outra área de intervenção, neste caso dando continuidade ao trabalho já desenvolvido, centra-se no esforço para diminuir a abstenção (embora se reconheça que este trabalho desenvolvido pela CNE decorre da sua missão de esclarecimento cívico e não de uma missão específica de combate à abstenção).

De forma conjugada, os pontos destacados justificam a continuidade da CNE e que a sua atividade não se limite aos períodos eleitorais. Parecem exigir, no entanto, o fortalecimento da estrutura da CNE, com o reforço de competências em vários domínios como são o caso das tecnologias/informática, comunicação, legal e de outros apoios operacionais para assegurar o bom funcionamento das eleições.

1. Introdução

A CNE – Comissão Nacional de Eleições é o “órgão superior da administração eleitoral com competência para disciplinar e fiscalizar todos os atos de recenseamento e operações eleitorais para órgãos eletivos de soberania, das regiões autónomas e do poder local e para o Parlamento Europeu, bem como no âmbito dos referendos” (CNE, 2021a), tendo iniciado a sua atividade em Fevereiro de 1975 com o propósito de “disciplinar a eleição para a Assembleia Constituinte” num quadro de “igualdade” entre as distintas listas que se apresentavam a esse ato eleitoral (CNE, 2021b). Tendo sido empossada em 27 de Fevereiro de 1975, o então Presidente da CNE, Juiz Conselheiro Adriano Vera Jardim, afirmou:

“A Comissão Nacional das Eleições tem o dever de velar pela regularidade do acto eleitoral e de tomar as medidas necessárias para que os direitos sejam respeitados e os cidadãos esclarecidos sobre a natureza daquele acto. (...) cumprimos rigorosamente a lei” (CNE, 2023).

Apesar de, inicialmente, ter sido constituída a termo certo e com múltiplas dificuldades para concretizar a sua missão, passados quase 50 anos de atividade, verifica-se que a CNE tem contribuído para a consolidação da democracia em Portugal e no estrangeiro, graças à sua competência e prestígio, demonstrando capacidade de adaptação a múltiplas circunstâncias, por exemplo, a introdução de eleições para o Parlamento Europeu, a realização de referendos ou, mais recentemente, as alterações ao nível do recenseamento eleitoral. Para concretizar as suas atribuições, atualmente a CNE centra a sua atividade em 3 pilares ou áreas de intervenção (CNE, 2021c), designadamente: 1) Esclarecer/Informar, 2) Regular/Disciplinar e 3) Cooperar Institucional e Tecnicamente.

O amadurecimento das democracias e o contexto de rápidas e importantes mudanças sociais, económicas e tecnológicas ocorridas nas últimas décadas suscitam desafios associados, por exemplo, aos níveis de abstenção ou ao papel das redes sociais e das tecnologias nos processos eleitorais. Tais mudanças representam, também, desafios para entidades que, tal como a CNE, visam contribuir para a salvaguarda dos princípios democráticos.

Neste contexto, justifica-se uma reflexão centrada no papel da CNE, na identificação dos desafios atuais aos quais deve dar resposta e qual a configuração mais adequada para dar resposta a esses desafios. Todavia, essa análise deve ser complementada com uma reflexão sobre o futuro, qual o papel que a CNE deve desempenhar nesse futuro (sem negligenciar o papel de outras entidades) e como deve, se necessário, proceder à sua adequação para continuar a assegurar, com sucesso, a concretização das suas atribuições.

O presente relatório traduz o resultado do trabalho iniciado em 2022 estando organizado em 2 grandes temáticas. A primeira, centrada na informação de natureza quantitativa recolhida junto de 1.965 membros de mesas de voto no segundo semestre de 2022 e a segunda centrada na informação de natureza qualitativa recolhida no decurso de 12 entrevistas realizadas no primeiro semestre de

2023. A informação é sistematizada e estruturada com recurso à análise PESTLA e SWOT com o propósito de identificar os principais desafios para a CNE.

2. Objetivos

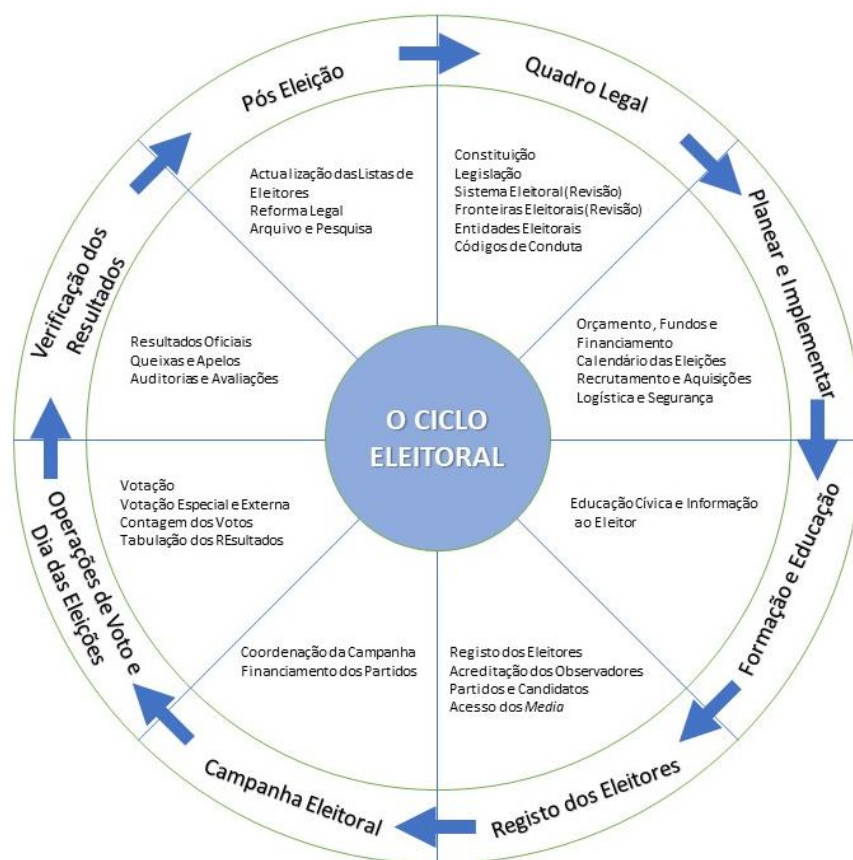
No contexto referido na introdução, afiguram-se múltiplos desafios para a CNE enquanto “órgão superior da administração eleitoral”. O trabalho realizado teve o objetivo central de, numa perspetiva de Gestão, discutir o trabalho desenvolvido pela CNE e identificar contributos para o desenvolvimento dessa atividade em linha com as implicações decorrentes do amadurecimento da democracia em Portugal e com os desafios associados às forças decorrentes, em particular, da evolução social, económica e tecnológica.

No âmbito das atividades desenvolvidas, procurou-se obter resposta a questões como:

- Qual a perceção externa sobre o papel atual e futuro da CNE, tomando em consideração o papel de outras entidades com intervenção nos processos eleitorais;
- Quais os desafios atuais;
- Como dar resposta aos desafios atuais;
- Quais os desafios futuros (interligando-se com reflexão sobre o papel futuro da CNE);
- Quais as melhores práticas das entidades congéneres à CNE;
- Como dotar a CNE das capacidades para dar resposta aos desafios futuros.

Neste âmbito tomou-se em consideração o conjunto infraestrutural dos aspetos ligados ao ciclo eleitoral, abaixo representado (Figura 1), reconhecendo-se no contexto nacional as áreas de intervenção da CNE.

Figura 1. O Ciclo Eleitoral



Adaptado de Catt et al. (2014)

3. Nota Metodológica

Com vista a concretizar os objetivos preconizados para o estudo e em linha com a proposta apresentada à CNE, a equipa do CEGE/ISEG começou por preparar a recolha de informação com vista ao diagnóstico da situação atual referente à CNE e ao seu contexto de atuação. Os vários trabalhos desenvolvidos envolveram a análise de literatura, a realização de inquéritos e entrevistas e, ainda, a sua conjugação com a análise de soluções adotadas noutros países. A recolha de informação primária foi concretizada através do envio de um questionário a membros das mesas de voto que exerceram funções no ato eleitoral de janeiro de 2022 e pela realização de entrevistas semiestruturadas. Também se recorreu a fontes secundárias, como é o caso de diversa literatura académica, *sites*, relatórios e outras publicações.

Por intermédio da realização do questionário procurou-se aferir a perceção dos cidadãos que têm um contacto mais próximo com a CNE sobre o desempenho que esta evidencia no cumprimento das suas atribuições. O questionário foi desenvolvido com base na análise de informação pública (fontes secundárias – por exemplo, o *site* da CNE e notícias na comunicação social), literatura académica e interações com a CNE. Após o desenvolvimento do questionário (anexo 1), realizou-se o respetivo pré-

teste com o propósito de verificar se era adequadamente compreendido pelos respondentes. Em seguida, o questionário foi disseminado por e-mail, sendo a respetiva resposta registada em plataforma eletrónica. Desta atividade resultaram 1.965 respostas válidas.

Outro eixo de atuação no âmbito do estudo centrou-se na realização de entrevistas junto de personalidades que, no âmbito da sua intervenção pública e/ou cívica, possam ter uma opinião relevante acerca da CNE e do seu funcionamento com vista a identificar quais são as principais questões a intervencionar e tendo em vista, também, as expectativas quanto à evolução futura do contexto eleitoral. Complementarmente, estas entrevistas também contribuíram para melhor interpretar os resultados da análise quantitativa decorrente do questionário realizado. Neste âmbito, para além de uma listagem de personalidades elaborada pela equipa do CEGE/ISEG, foram também acolhidas sugestões apresentadas pela própria CNE. A realização das entrevistas foi suportada num guião semiestruturado (anexo 2) e decorreu até ao ponto em que – compatibilizando a disponibilidade das personalidades identificadas – os investigadores verificaram que se alcançou um ponto de saturação da informação, ou seja, que cada nova entrevista apresentava um contributo marginal face ao teor da informação previamente recolhida. As entrevistas foram realizadas pessoalmente e por via eletrónica (Zoom).

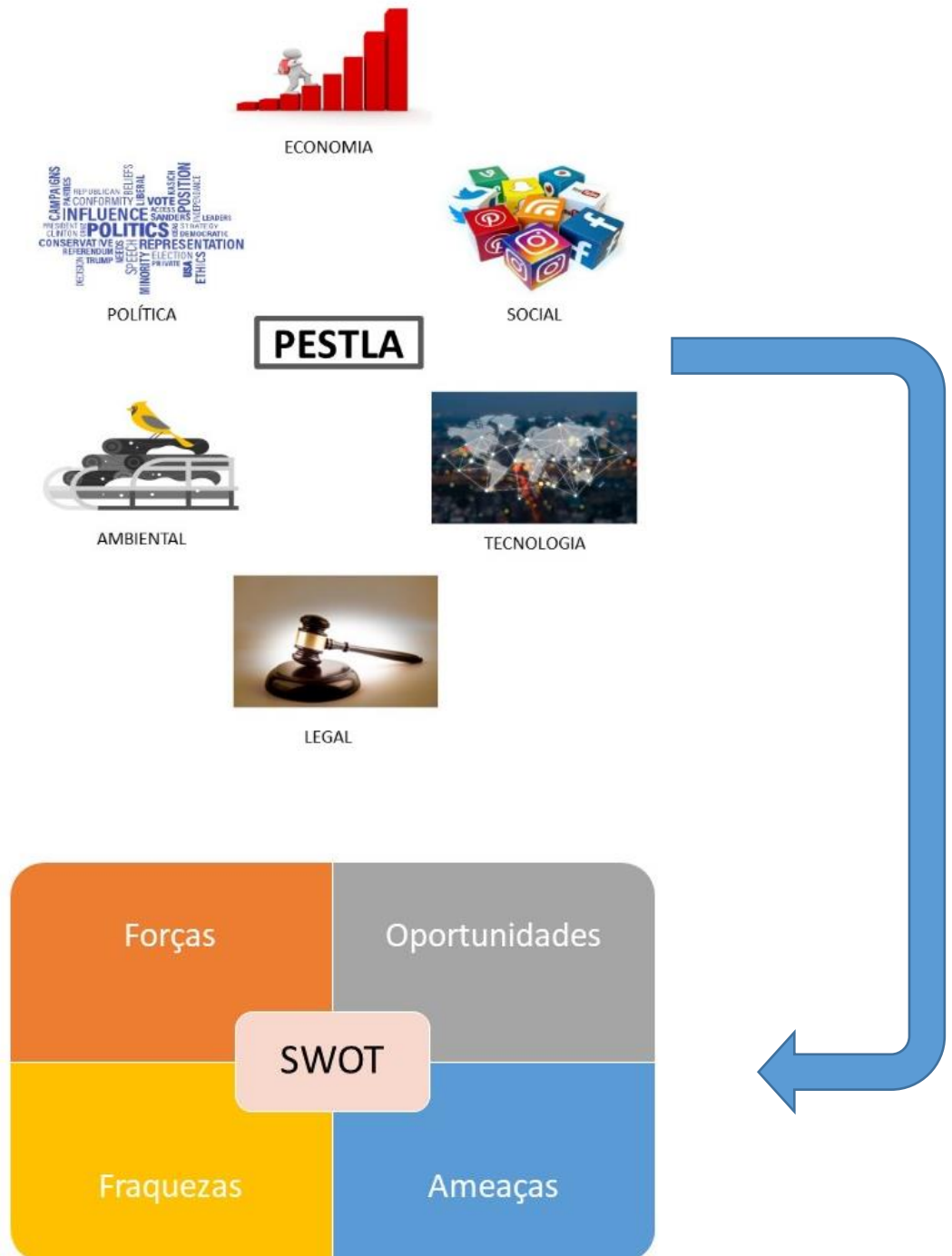
Ao longo das atividades referidas, em linha com o preconizado na génese do projeto, procurou-se aprofundar o conhecimento sobre a realidade de organizações similares noutros contextos. Neste âmbito, sobressai a importância da organização pela CNE de um evento temático que permitiu a recolha de informação específica, completada por uma entrevista e análise de documentação, em particular, da IDEA (International Institute for Democracy and Electoral Assistance).

Após a recolha de informação, com o propósito de dar resposta aos objetivos do estudo, no que se refere ao ambiente externo e às suas mudanças, a informação foi sistematizada com recurso à estrutura da análise PESTLA que visa capturar e sistematizar informações sobre as dimensões Política, Económica, Sociocultural, Tecnológica, Legal e Ambiental que possam ser relevantes para a concretização da Missão e Mandatos de uma organização.

A análise decorrente da informação interna e da informação externa, conforme se ilustra na Figura 2, deu origem a uma análise SWOT (S – Strengths, Forças; W – Weaknesses, Fraquezas; O – Opportunities, Oportunidades; T – Threats, Ameaças). Correspondendo os quadrantes S e W à dimensão interna à organização e os quadrantes O e T à dimensão externa. A análise SWOT é uma ferramenta analítica frequentemente utilizada para o suporte ao planeamento e gestão estratégica das organizações públicas ou privadas.

Com base na informação presente na análise SWOT é possível identificar quais as áreas a melhorar (fraquezas) que, articuladas com as forças de CNE, possam ser utilizadas para dar resposta aos desafios associados às ameaças e oportunidades existentes e, por essa via, para a definição das prioridades estratégicas.

Figura 2. Instrumentos para suporte à análise



4. Resultados do Questionário aos Membros das Mesas de Voto

Após uma sequência de atividades que teve o propósito de desenvolver o questionário (ver Anexo 1), proceder ao seu pré-teste e, por fim, à sua disseminação alargada, a conclusão da recolha ocorreu no final de novembro, tendo o ficheiro resultante das respostas dos membros das mesas de voto ao questionário sido recebido no dia 29 de novembro de 2022 com um total de 1.978 observações.

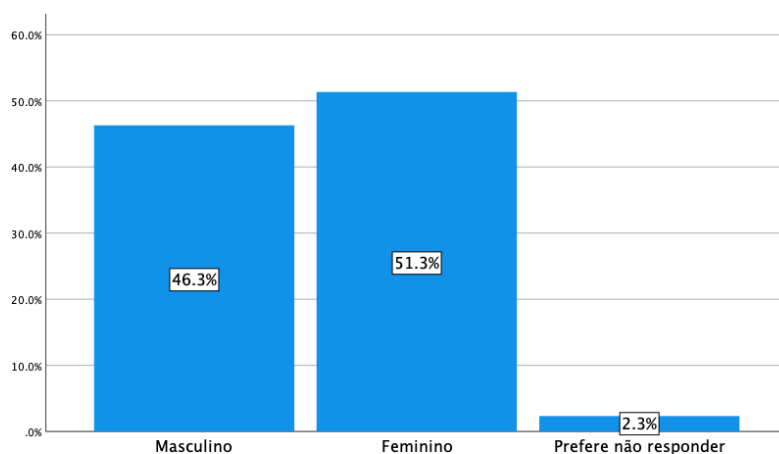
A etapa seguinte passou pela codificação de questões e respostas para, através da utilização de software de análise estatística de dados (SPSS), proceder à respetiva análise e verificação da qualidade das respostas recebidas. A verificação da qualidade foi facilitada pela existência de perguntas abertas cujo teor da resposta revela o nível de compromisso na resposta ao questionário, tendo sido também analisado o desvio padrão das respostas as questões do grupo 7. Com base nos procedimentos adotados, verificou-se que algumas das respostas recebidas não reuniam condições para análise por denotarem superficialidade (por exemplo, todas as respostas no mesmo valor) ou outras situações anómalas. Assim, procedeu-se à eliminação de um conjunto de respostas e, após este ajustamento, a amostra final acabou por ser constituída por 1.965 observações.

Nas secções seguintes apresentam-se os resultados apurados, organizados de acordo com as diferentes secções do questionário, embora se comece pela caracterização dos respondentes que, no questionário correspondia à última secção do questionário.

4.1- Caracterização dos respondentes

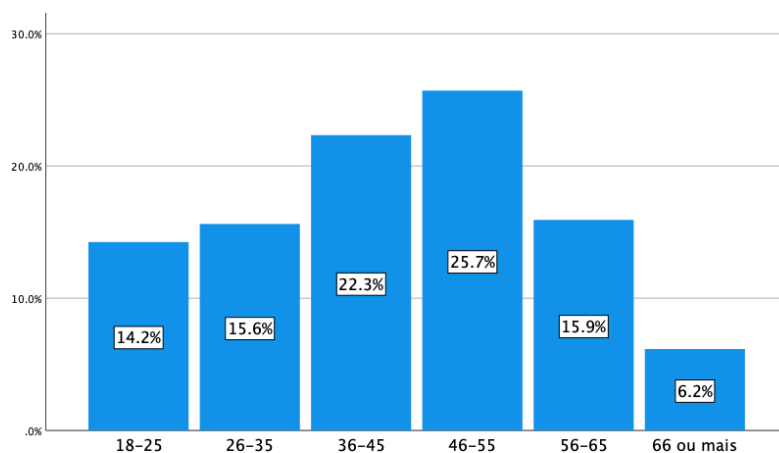
Apesar de não se ter confrontado o perfil dos respondentes com o perfil dos membros das mesas de voto, a amostra parece refletir uma adequada diversidade dos respondentes. Começando pelo sexo, verifica-se um ligeiro predomínio de mulheres na amostra (51%) relativamente aos homens (46%), conforme decorre da Figura 3, o que está em linha com a distribuição da população residente em Portugal.

Figura 3. Sexo dos respondentes



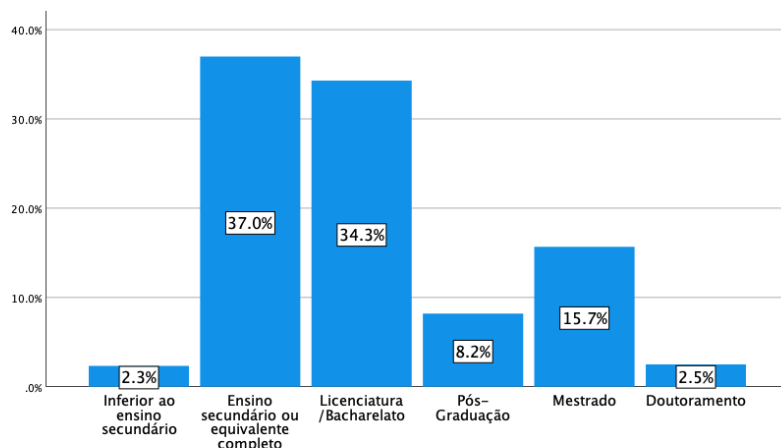
No que se refere à faixa etária dos respondentes, um dos desafios relaciona-se com o facto de poder haver uma maior disposição dos respondentes mais novos para responderem a um questionário disseminado e registado por via eletrónica do que dos respondentes mais velhos. Não obstante, apesar do menor número de respostas de respondentes na faixa etária “66 ou mais” (ainda assim representando 6,2% da amostra), verifica-se uma repartição equilibrada na percentagem de respostas nas restantes faixas etárias (Figura 4), sendo a faixa etária mais representada constituída por indivíduos na faixa etária dos 46 aos 55 anos de idade (26%).

Figura 4. Distribuição dos respondentes por faixa etária



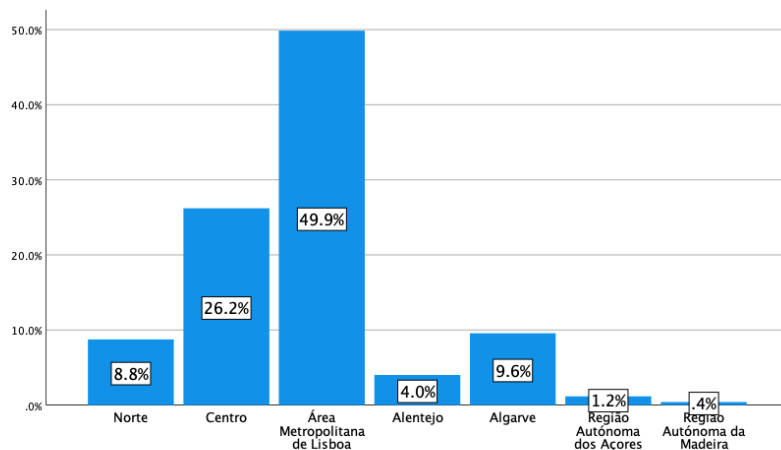
Relativamente às habilitações literárias (Figura 5), verifica-se um predomínio de respondentes com licenciatura ou nível superior de habilitações literárias, sendo que a percentagem de participantes com habilitações inferiores ao ensino secundário é residual (2%).

Figura 5. Distribuição dos respondentes de acordo com as habilitações literárias



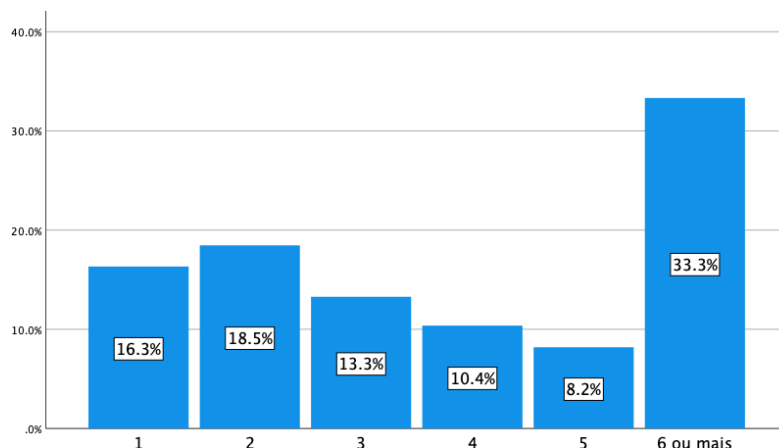
No que se refere à região de residência, as diferenças identificadas não acompanham plenamente a distribuição da população pelo território nacional, sobressaindo a acrescida importância da área metropolitana de Lisboa e a menor representação da região Norte (Figura 6). Tal pode ser associado à existência de diferenças nos registos dos membros das mesas de voto que deram origem à base de dados que foi utilizada no presente trabalho.

Figura 6. Distribuição dos respondentes por região de residência



Um outro tópico que importa tomar em consideração refere-se à experiência de participação nas mesas de voto. Verifica-se (Figura 7) que 16% havia participado apenas uma vez em mesas de voto e que um terço dos respondentes já participou 6 ou mais vezes em mesas de voto, o que coloca em relevo a elevada experiência acumulada nestas funções.

Figura 7. Número de participações dos respondentes em mesas de voto



Por fim, pelo impacto esperado no desempenho das funções atribuídas aos membros das mesas de voto, procurou-se saber se os respondentes já tinham assistido a formação para membros de mesas de voto. No que se refere a formação ministrada pela CNE, apenas 10% dos respondentes tinha assistido a formação (Figura 8), mas no caso de formação ministrada por outras entidades (Figura 9) essa percentagem sobe para 30%. A este propósito, salienta-se que alguns respondentes manifestaram dúvidas sobre se a CNE esteve ou não envolvida quando a formação foi ministrada pelas Juntas de Freguesia.

Figura 8. Já assistiu a formação ministrada pela CNE dirigida a membros das mesas de voto?

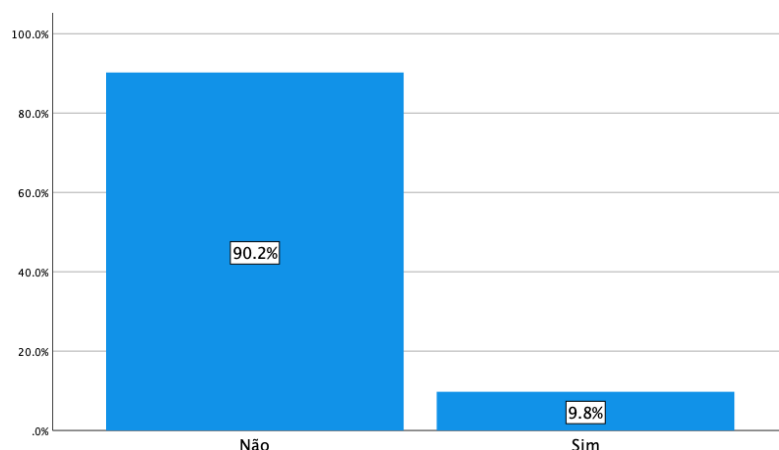
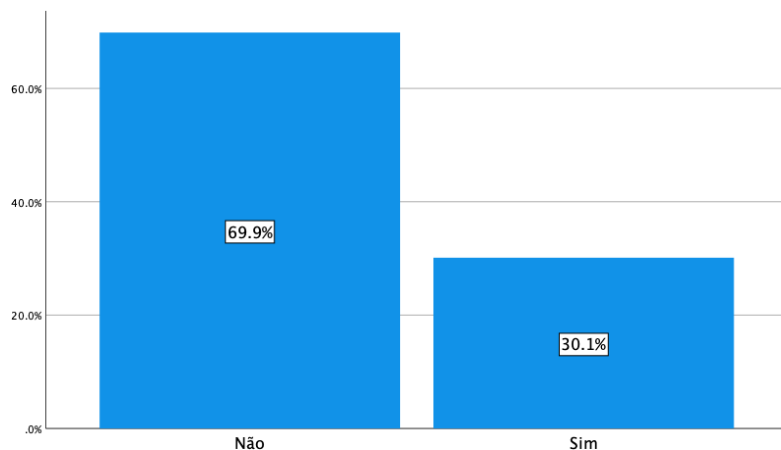


Figura 9. Já assistiu a formação ministrada por outra entidade dirigida a membros das mesas de voto?

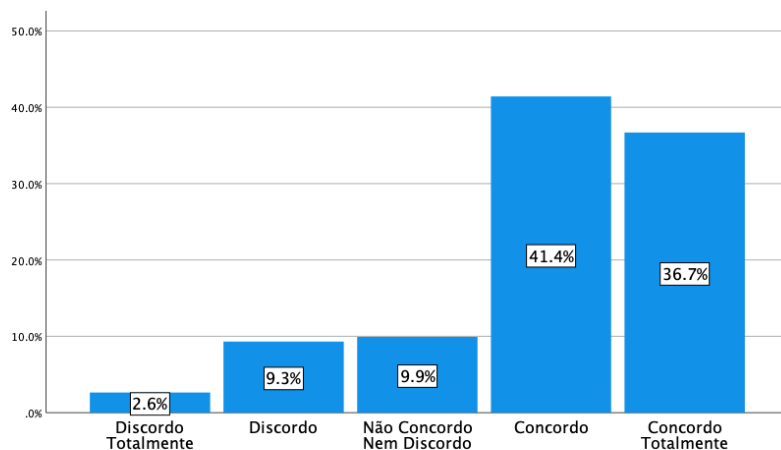


4.2- Perceção sobre o funcionamento da mesa no último ato eleitoral

No âmbito desta secção do questionário foi solicitado aos respondentes que manifestassem o seu nível de concordância com um conjunto de afirmações relativas ao funcionamento da mesa de voto à qual pertenceram no último ato eleitoral, cobrindo aspetos como as informações disponíveis, a capacidade de resposta às várias circunstâncias, etc. As respostas apuradas, conforme se detalha de seguida, colocam em relevo o bom funcionamento global das mesas de voto, suportadas em recursos adequados, mas não deixam de colocar em evidência a existência de espaço para melhorias operacionais. As respostas foram dadas com base numa escala de 1 a 5, em que 1 corresponde a “Discordo Totalmente”, 2 corresponde a “Discordo”, 3 corresponde a “Não Concordo Nem Discordo”, 4 corresponde a “Concordo” e 5 corresponde a “Concordo Totalmente”.

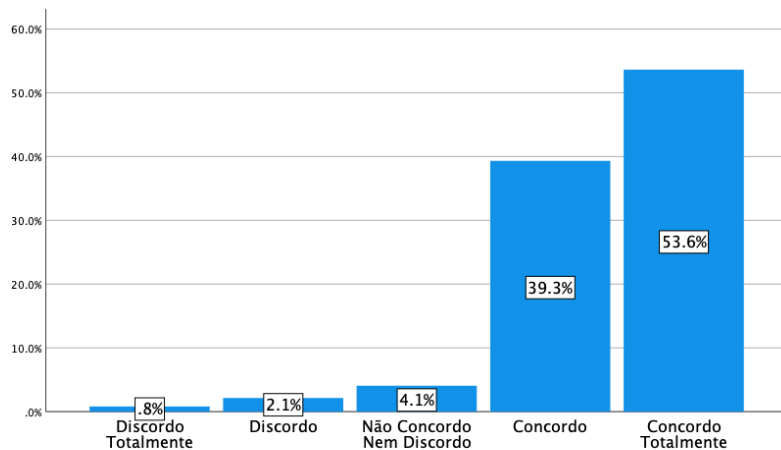
Entre os aspetos avaliados nesta secção sobressai, em primeiro lugar, a perspetiva dos respondentes sobre a divulgação em tempo útil das informações (ex. manual dos membros das mesas eleitorais) para os membros da mesa. Os resultados apurados (Figura 10) revelam que cerca de 78% dos respondentes concordam ou concordam totalmente que, efetivamente, a divulgação da referida informação ocorreu em tempo útil. Não obstante, permanece uma percentagem de respondentes com reservas a este propósito.

Figura 10. As informações (ex. manual dos membros das mesas eleitorais) para os membros da mesa foram divulgados em tempo útil



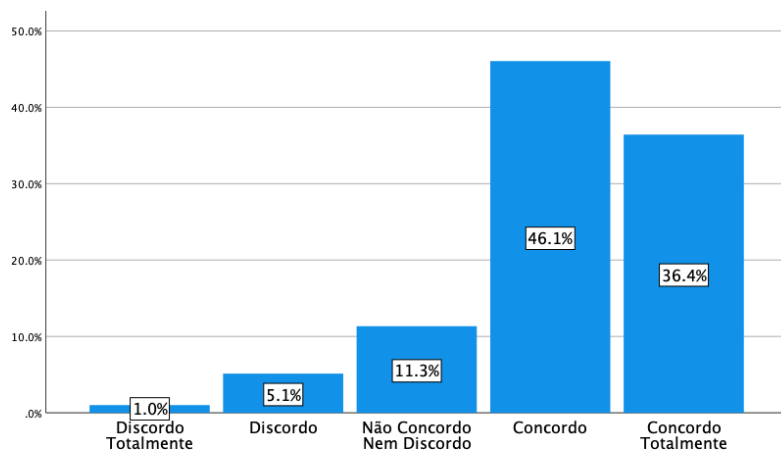
De forma ainda mais evidente, no que se refere à receção em tempo útil do material destinado à mesa de voto, por exemplo, os boletins de voto, como decorre da figura 11, cerca de 93% dos respondentes referem concordar ou concordar totalmente com a afirmação formulada.

Figura 11. O material destinado à mesa de voto (ex. boletins de voto) foi rececionado em tempo útil



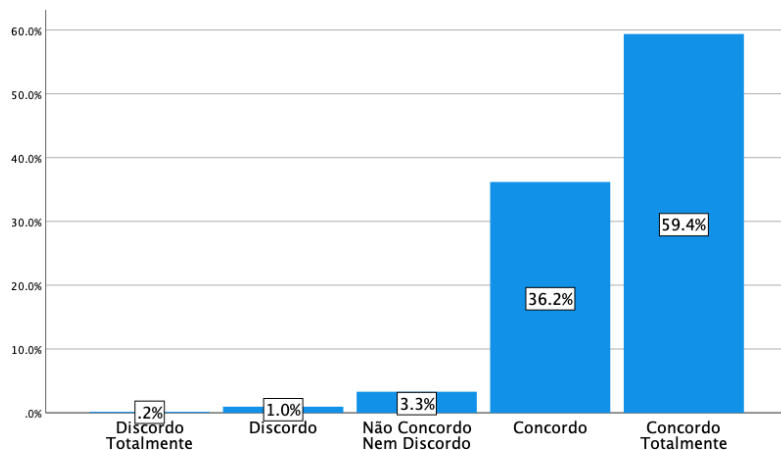
Ainda no mesmo âmbito, procurou-se aferir qual a opinião dos respondentes acerca da clareza das informações relativamente às atividades dos membros da mesa. Os resultados revelam, também, uma opinião positiva, já que cerca de 83% dos respondentes manifestam concordância ou concordância total com a afirmação formulada a este propósito (Figura 12).

Figura 12. As informações (por exemplo, constantes no manual dos membros das mesas eleitorais) acerca das atividades a desenvolver pelos membros da mesa eram claras



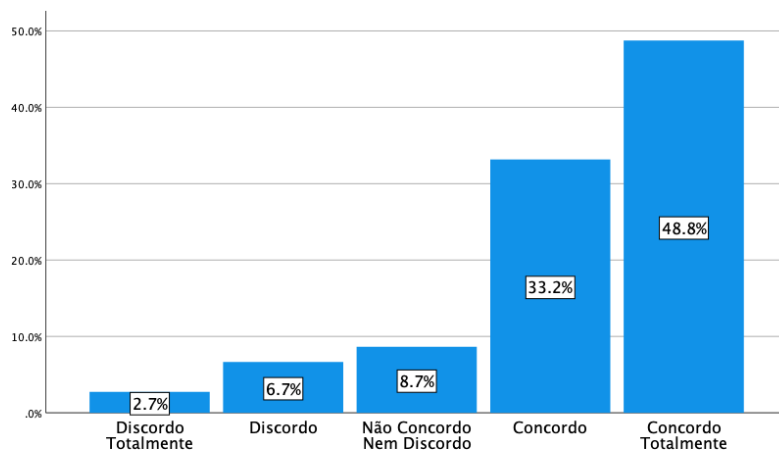
Um dos aspetos que pode ser mais crítico para os membros das mesas de voto relaciona-se com a capacidade para dar resposta às dúvidas dos eleitores. Todavia, genericamente a concordância e concordância total com a afirmação formulada dão a entender que as dificuldades foram mínimas (Figura 13).

Figura 13. A mesa conseguiu dar resposta às dúvidas dos eleitores



Outro aspeto importante e que pode ser desafiante quando se pretender possibilitar o exercício do voto a todos os cidadãos recenseados, prende-se com o acesso à mesa. Nesta perspetiva, os resultados evidenciam que, numa percentagem de 82%, os respondentes concordam ou concordam totalmente com a afirmação relativa à preparação da mesa para receber eleitores com dificuldades de mobilidade, deficiências ou outras necessidades especiais (Figura 14).

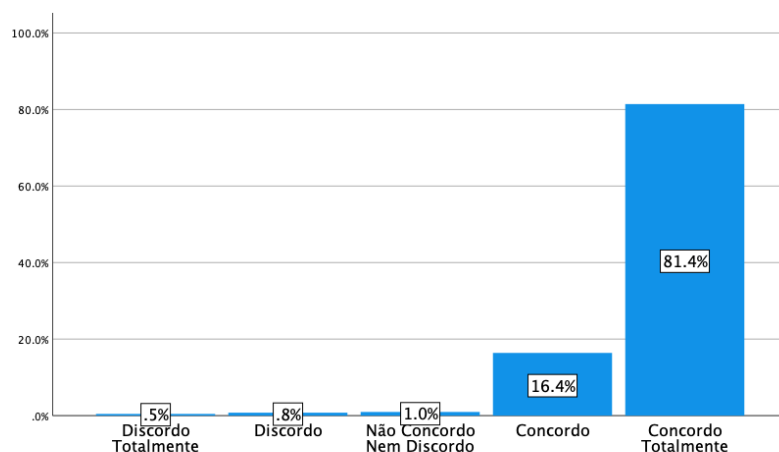
Figura 14. A mesa estava preparada para receber eleitores com dificuldades de mobilidade, deficiências ou outras necessidades especiais



Não obstante os resultados tendencialmente positivos, importa não ignorar a existência de alguns desafios conforme reportado pelos respondentes. Por um lado, a possibilidade de poder substituir os comprovativos emitidos pelos Delegados de Saúde por atestados de incapacidade que o eleitor já possa possuir e, por outro, a possibilidade de haver mesas dedicadas para pessoas com limitações ou algum tipo de incapacidade, em virtude de nem todos os locais de voto serem igualmente adequados para eleitores com algum tipo de limitação.

Outro dos princípios basilares prende-se com a confidencialidade dos votos. A este propósito verifica-se a quase unanimidade dos respondentes, sendo residuais as posições que revelam preocupações neste domínio (Figura 15).

Figura 15. Foi assegurada a confidencialidade de todos os votos

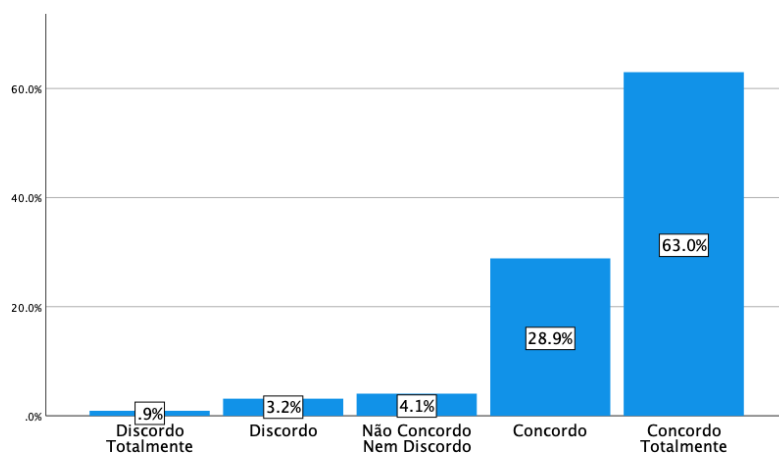


Sem questionar diretamente a capacidade registada para assegurar a confidencialidade dos votos, numa fase mais avançada do questionário surgiram alguns contributos para melhorias a este nível,

nomeadamente no que se refere à melhor adequação das cabines de voto e da sua disposição, os procedimentos relativos aos votos antecipados no que se refere à sua conservação, lacragem e introdução (demorada) nas urnas e o aumento da capacidade/dimensão das urnas.

No que se refere à opinião dos respondentes sobre a totalidade dos membros que constituíram a respetiva mesa de voto no que se refere ao cumprimento da função, os resultados revelam que cerca de 92% dos respondentes concordam ou concordam totalmente (Figura 16) com a afirmação apresentada no questionário, ou seja, globalmente, os membros da mesa cumpriram adequadamente a sua função.

Figura 16. Todos os membros da mesa cumpriram a sua função adequadamente (ou seja, de acordo com o preconizado no manual dos membros das mesas eleitorais)

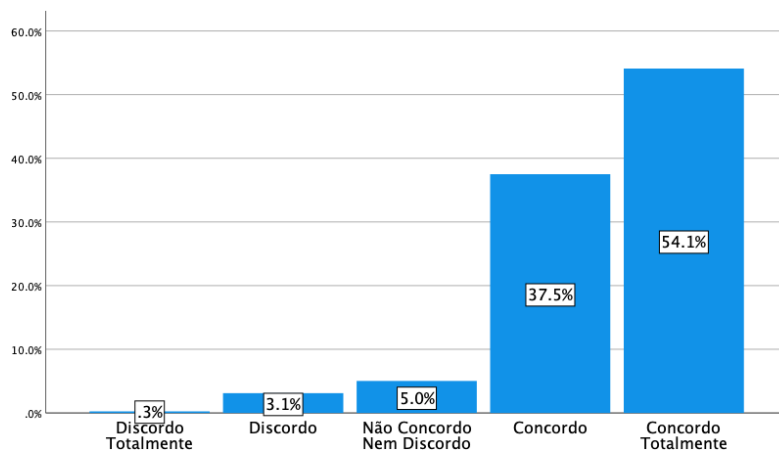


Apesar da concordância global representada na Figura 16, nos comentários recebidos foi possível detetar a preocupação com o perfil dos membros das mesas, nomeadamente quanto à sua qualificação, nem que para tal seja necessário um pagamento superior ao atualmente praticado, como sucede noutros países (tendo sido evidenciado o caso da Grécia) e, eventualmente, com um processo de avaliação prévia da capacidade para pertencer às mesas de voto e formação ministrada no dia (ou dias) anterior ao exercício de funções. No caso de se tratar da primeira vez, a formação poderia ser obrigatória. Em complemento, foi abordada a possibilidade de avaliação formal do desempenho dos membros da mesa.

Complementarmente, a propósito da formação das mesas, foi feita referência à possibilidade de esta não caber ao Presidente de Câmara em exercício e à importância de envolver mais os jovens na constituição das mesas de voto. Por fim, numa perspetiva mais prática de funcionamento das mesas, os respondentes fazem referências a dificuldades relacionadas com a logística, nomeadamente a falta de transporte quando são colocados em mesas mais distantes de casa, a não disponibilização de águas para os membros da mesa e, outros, considerando que as mesas estão sempre a funcionar, que possa vir a ser disponibilizada refeição localmente.

Também no que diz respeito à forma como os cidadãos eleitores se apresentaram junto à mesa de voto (mesa de voto apropriada e na posse do Cartão de Cidadão), o balanço é positivo (Figura 17) com os respondentes maioritariamente (92%) concordantes ou totalmente concordantes com a afirmação apresentada no questionário a este propósito.

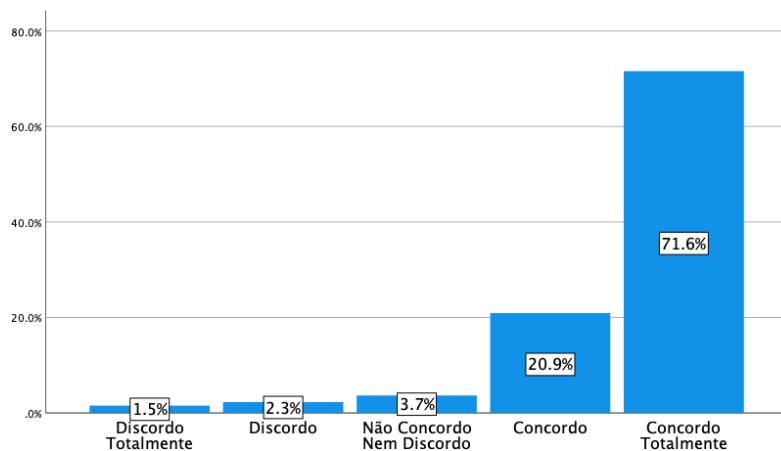
Figura 17. Os eleitores estavam aptos a poder votar (apresentaram-se na mesa de voto apropriada e estavam na posse do Cartão de Cidadão)



Embora as situações anómalas tenham sido residuais, foi reportado pelos respondentes a ocorrência de situações que implicaram a tomada de decisões, nomeadamente no caso dos eleitores que procuraram identificar-se com recurso à aplicação eletrónica da Administração Pública que permite guardar os documentos de identificação, nomeadamente o Cartão de Cidadão.

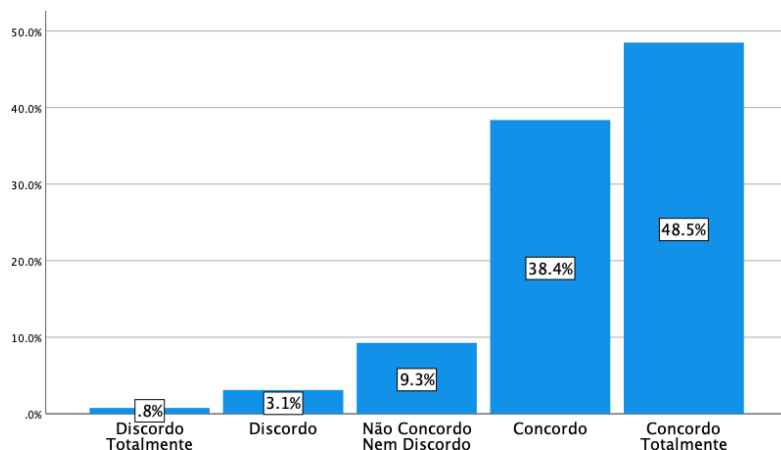
Outro elemento relevante centra-se nas eventuais tentativas de fraude e/ou manipulação da votação por parte dos eleitores. Também neste caso o balanço feito pelos respondentes é maioritariamente positivo com cerca de 93% a concordarem ou concordarem totalmente com a afirmação formulada no questionário (Figura 18).

Figura 18. Não houve, por parte dos eleitores, tentativas de fraude/manipulação da votação



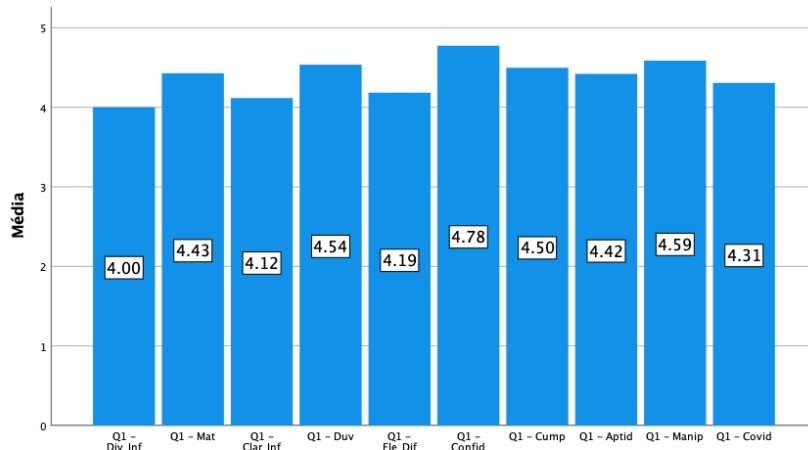
Por ocasião do ato eleitoral que precedeu a realização do questionário, o tema da Covid-19 ainda era particularmente sensível e exigiu por parte dos membros das mesas de voto, dos eleitores e demais envolvidos cuidados especiais. Neste contexto, apesar das exigências, a opinião dos respondentes aponta para o conhecimento, por parte dos eleitores, acerca das normas de segurança aplicáveis, razão pela qual 87% dos respondentes concordaram ou concordaram totalmente com a afirmação apresentada (Figura 19).

Figura 19. Os eleitores tinham conhecimento das normas de segurança aplicáveis (Covid-19)



Considerando a escala de tipo Likert utilizada, para além das frequências retratadas nas figuras anteriores, é possível fazer o cálculo da média. Assim, de acordo com a Figura 20, é possível verificar que o aspeto com melhor resultado se relaciona com a confidencialidade de todos os votos que, na perspetiva dos respondentes, foi assegurada (média de 4,78 num intervalo de 1 a 5). Ainda que a média seja positiva (4,00 no mesmo intervalo de 1 a 5), o aspeto que apresentou o resultado mais baixo prende-se com a divulgação em tempo útil das informações para os membros das mesas de voto.

Figura 20. Síntese dos resultados



Para além desta análise, foi avaliado o impacto da formação realizada (seja a ministrada pela CNE ou por outras entidades) nos resultados para cada um dos aspetos em análise do âmbito do funcionamento da mesa no último ato eleitoral. Na Tabela 1 apresentam-se os resultados da análise complementar realizada, ficando evidente a tendência para a formação melhorar os resultados. Para analisar a significância estatística das diferenças foi realizado o teste t para amostras independentes considerando-se, como referência, $p = 0,05$ (Sig.). Os resultados apurados suportam a importância da formação ministrada pela CNE em vários domínios.

Tabela 1. Impacto da formação prévia para membros das mesas de voto

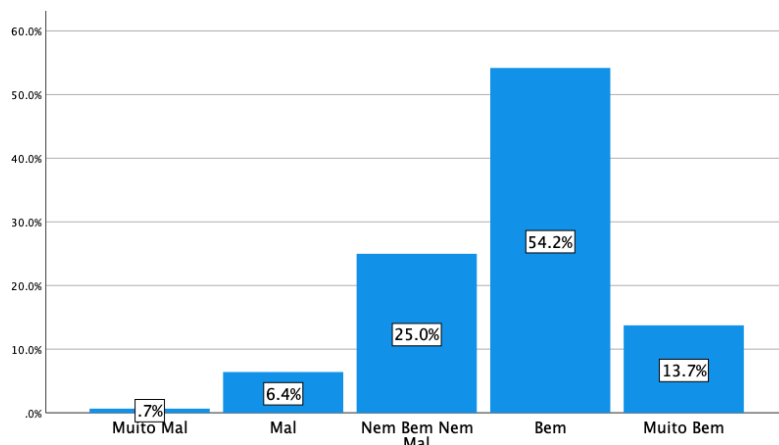
	Formação CNE			Outra formação		
	Sim	Não	Sig.	Sim	Não	Sig.
a) Informações em tempo útil	4,20	3,98	Sim	4,05	3,98	Não
b) Material em tempo útil	4,55	4,42	Sim	4,46	4,42	Não
c) Informações claras	4,23	4,10	Sim	4,15	4,10	Não
d) Capacidade para resposta às dúvidas	4,61	4,53	Não	4,54	4,53	Não
e) Capacidade para receber eleitores...	4,30	4,17	Não	4,12	4,21	Não
f) Confidencialidade	4,84	4,77	Sim	4,78	4,77	Não
g) Cumprimento adequado da função	4,55	4,49	Não	4,46	4,52	Não
h) Eleitores aptos a votar	4,51	4,41	Não	4,39	4,44	Não
i) Ausência de tentativas de fraude	4,59	4,59	Não	4,56	4,60	Não
j) Conhecimento normas de segurança	4,36	4,30	Não	4,28	4,32	Não

4.3- Conhecimento e perceção sobre a CNE

Na secção seguinte o foco desviou-se do último ato eleitoral para o conhecimento e perceção sobre a CNE e a atividade que esta desenvolve. Neste âmbito, a primeira questão pretendia que os respondentes manifestassem qual o nível de conhecimento que consideram ter sobre a atividade desenvolvida pela CNE. Os resultados expressam, globalmente, que os respondentes consideram conhecer bem ou muito bem (68%) a atividade desenvolvida pela CNE. Este nível de conhecimento,

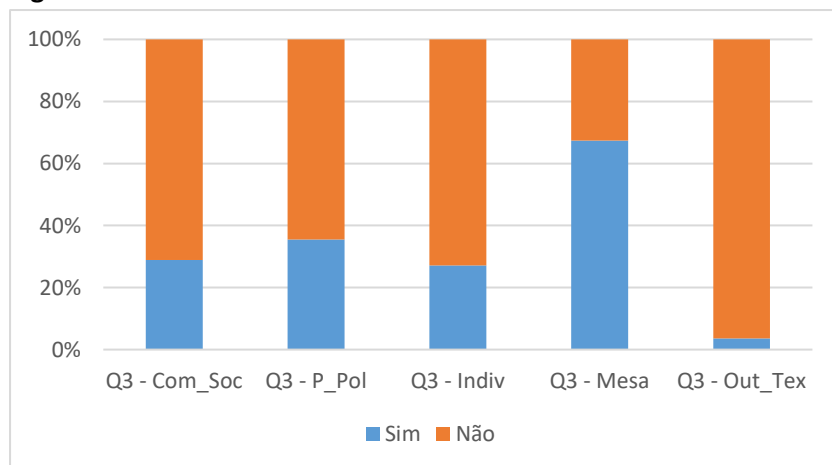
em certa medida, decorrerá do facto dos respondentes previamente terem sido membros de mesas de voto e não deve ser generalizado para a totalidade da população portuguesa. Todavia, mesmo junto destes, ainda há uma percentagem não negligenciável que considera conhecer nem bem nem mal a atividade da CNE (25%) e, ainda, cerca de 7% que admite conhecer mal ou muito mal essa atividade.

Figura 21. Conhecimento sobre a atividade desenvolvida pela CNE



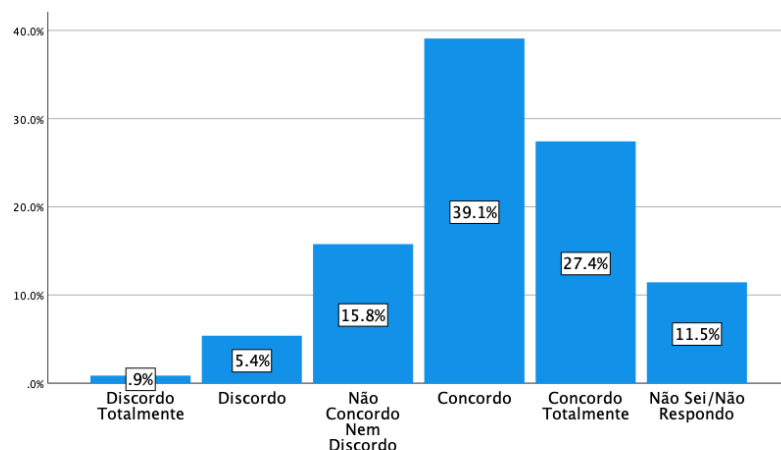
Efetivamente, a participação nas mesas de voto tem contribuído para conhecer a atividade da CNE, tendo esta opção sido destacada por cerca de 67% dos respondentes (Figura 22), seguindo-se os partidos políticos, a comunicação social e a pesquisa individual. Nesta questão era concedida a possibilidade dos respondentes indicarem outras formas que lhes proporcionaram conhecimento sobre a CNE, sobressaindo a importância das relações pessoais, das Juntas de Freguesia ou Câmaras Municipais, entre outras.

Figura 22. Tomada de conhecimento sobre a atividade desenvolvida pela CNE



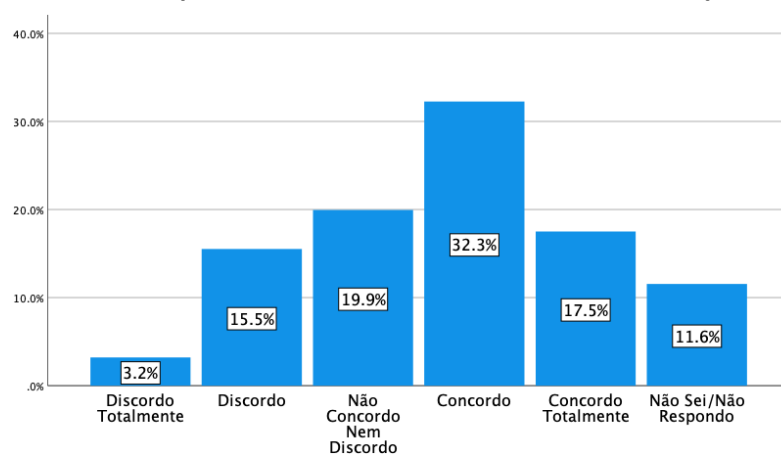
Recorrendo à mesma escala que havia sido adotada na primeira questão (1 a 5, em que 1 representa discordo totalmente e 5 representa concordo totalmente), mas com inclusão de uma alternativa de resposta “não sei/não respondo” foram formuladas 9 afirmações relativas à CNE e ao seu funcionamento. A primeira dessas afirmações centrava-se na divulgação, por parte da CNE, de informações e/ou recomendações em tempo útil. Os resultados apurados, conforme expressa a Figura 23, revelam um predomínio de respondentes que concordam ou concordam totalmente com a afirmação (67%). Ainda assim, percebe-se que há um conjunto de pessoas que se afasta deste padrão.

Figura 23. A CNE divulga as informações e/ou recomendações em tempo útil



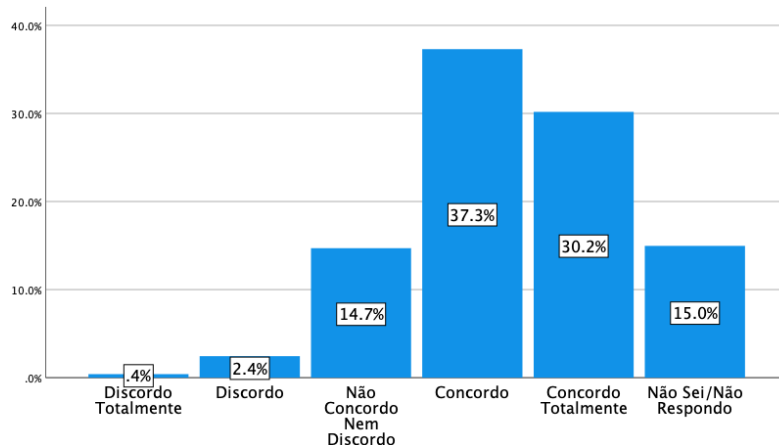
Porém, quando se entra em aspetos mais específicos sobre a CNE, nomeadamente as suas competências, a repartição entre as pessoas que admitem que as competências da CNE são conhecidas de forma pública (concordo ou concordo totalmente) da CNE e as que não o fazem é praticamente a mesma, ou seja, cerca de 50% em cada um dos grupos (Figura 24).

Figura 24. As competências da CNE são conhecidas de forma pública



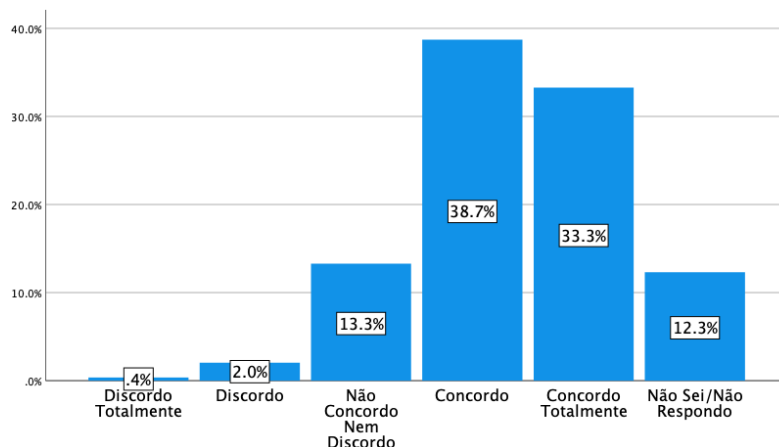
Ainda assim, quando se centra a atenção na confiança nos pareceres da CNE, apesar de dificuldades ao nível do conhecimento sobre as competências da CNE, mais de dois terços dos respondentes concordam ou concordam totalmente que a sociedade confia nesses pareceres (Figura 25).

Figura 25. A sociedade confia nos pareceres da CNE



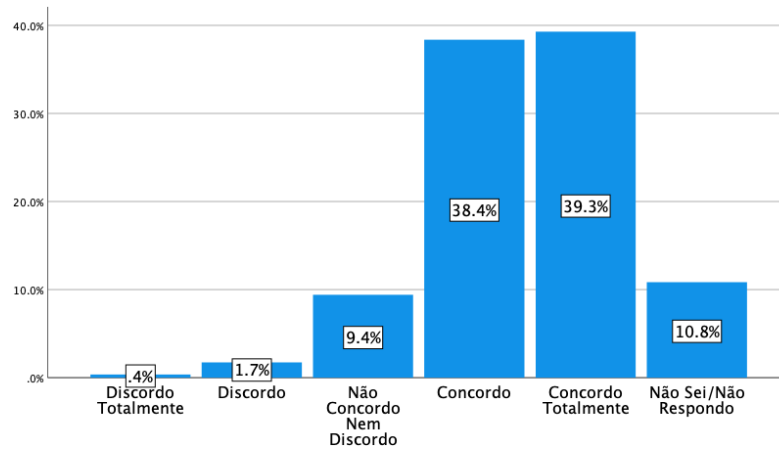
Na mesma linha, quando de forma genérica, a afirmação se centra na confiança transmitida pela CNE à sociedade, 72% dos respondentes refere concordar ou concordar totalmente com a afirmação (Figura 26).

Figura 26. A CNE transmite confiança à sociedade



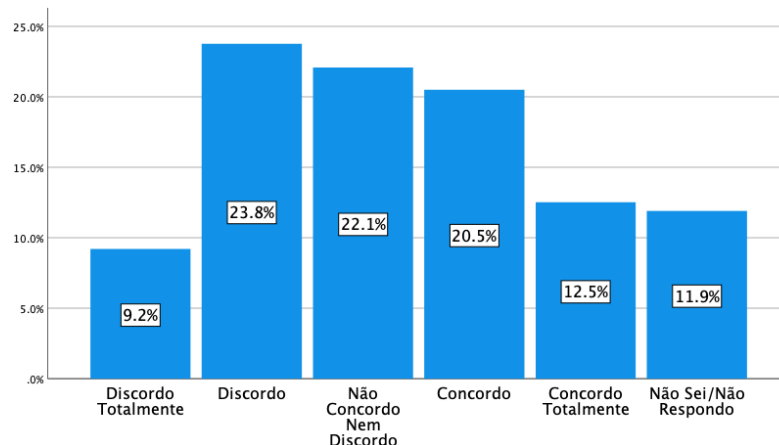
Quando se relaciona o tópico da confiança transmitida pela CNE com os membros da mesa de voto, a percentagem dos respondentes que manifesta a sua concordância ou concordância total sobe para 78% (Figura 27).

Figura 27. A CNE transmite confiança aos membros da mesa de voto



Todavia, apesar do cenário globalmente favorável relativamente à CNE, quando interpelados sobre o papel da CNE fora dos períodos eleitorais, a percentagem dos que concordam ou concordam totalmente com a percetibilidade desse papel fora dos períodos eleitorais caiu para 33% (Figura 28), pelo que pode ser um tema de reflexão (especialmente porque, como revelam os dados da CNE, no período compreendido entre 1 de janeiro de 2003 e 31 de dezembro de 2023, tiveram lugar 147 eleições ou referendos, num total de 119 datas distintas, ou seja, em média uma eleição ou referendo a cada dois meses).

Figura 28. O papel da CNE fora dos períodos de eleições é percetível

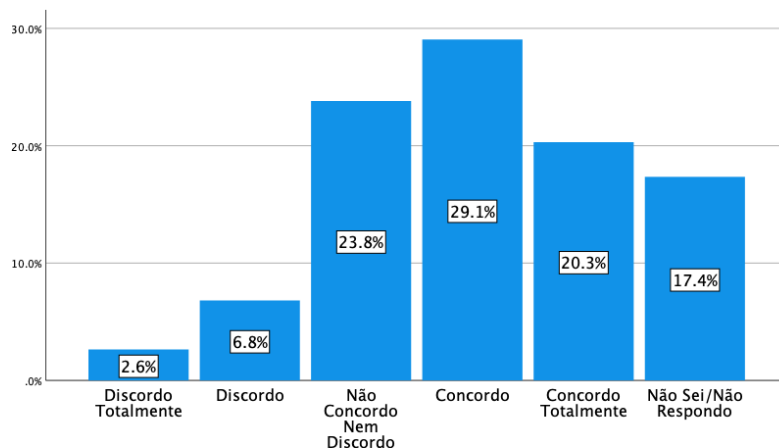


A este propósito, no âmbito dos comentários deixados pelos respondentes, sobressaiu a sugestão de aproveitamento do período entre eleições para trabalhar com as Juntas de Freguesia para reforço de competências no âmbito dos procedimentos a adotar nos dias das eleições.

Ainda assim, mesmo havendo um conjunto relativamente alargado de respondentes que não considera que o papel da CNE fora das eleições seja percetível, quando o foco é colocado na

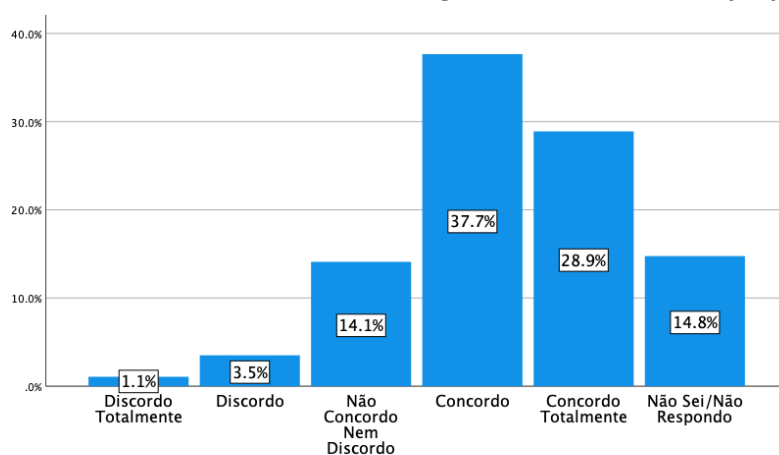
pertinência desse papel, verifica-se um equilíbrio entre os que concordam ou concordam totalmente com a pertinência do papel da CNE fora dos referidos períodos e os restantes respondentes (Figura 29).

Figura 29. O papel da CNE fora dos períodos de eleições é pertinente



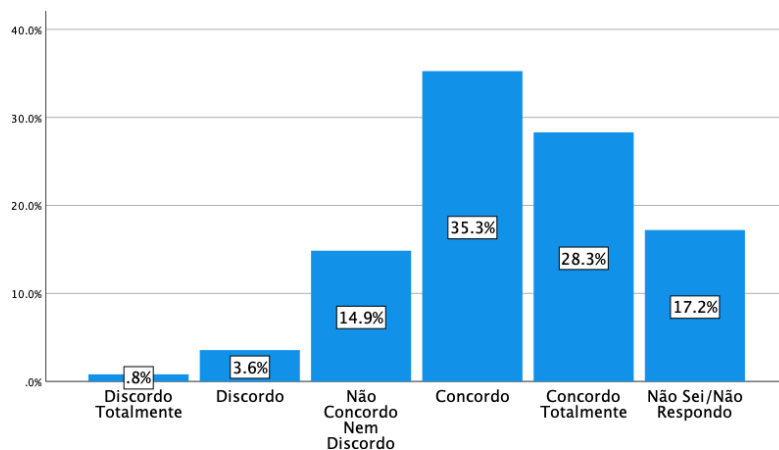
Um dos aspetos específicos sobre o qual incidia o questionário, também consequência do mediatismo do tema, era a publicidade institucional dos partidos e candidatos, no âmbito da liberdade de propaganda. Neste caso específico, o trabalho desenvolvido pela CNE levou a que dois terços dos respondentes concordassem ou concordassem totalmente com a afirmação presente no questionário (Figura 30).

Figura 30. A CNE faz respeitar as normas referentes à publicidade institucional dos partidos ou, consoante o caso, dos candidatos (assegurando a liberdade de propaganda)



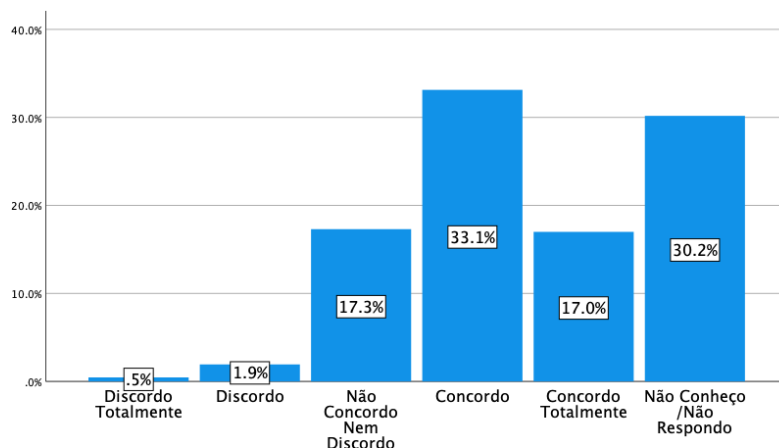
Complementarmente, também se refletiu sobre a relação entre a CNE e a publicidade institucional dos órgãos do Estado, sendo evidente uma ligeira quebra da percentagem dos que expressam a sua concordância ou concordância total com a afirmação para 64% (Figura 31).

Figura 31. A CNE faz respeitar as normas referentes à publicidade institucional dos órgãos do Estado



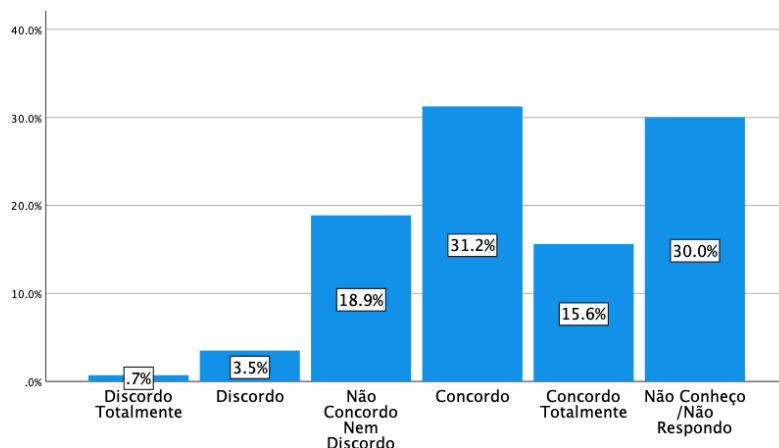
No que se refere às formas de contacto e diálogo por parte da CNE, partindo da mesma escala de 1 a 5, mas com opção para quem não conhece ou prefere não responder, era solicitada aos respondentes a indicação da sua concordância com afirmações acerca do website, das campanhas televisivas, dos folhetos informativos e, ainda, acerca da facilidade de contacto com a CNE. No que se refere à informação contida no website da CNE, a primeira constatação, conforme decorre da Figura 32, vai para os 30% de respondentes que não conhecem ou não respondem a esta afirmação sobre o website. Ainda assim, 50% dos respondentes concordam ou concordam totalmente com a afirmação.

Figura 32. O website contém toda a informação necessária



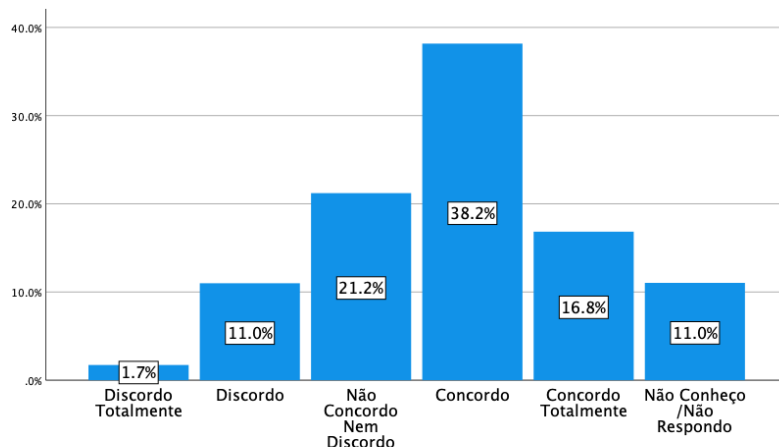
Relativamente à estrutura do website, mantendo-se a percentagem dos que não conhecem ou preferem não responder, revela-se uma pequena quebra na percentagem dos respondentes que seleccionam as alternativas concordo e concordo totalmente para 47% (Figura 33).

Figura 33. O website está adequadamente estruturado



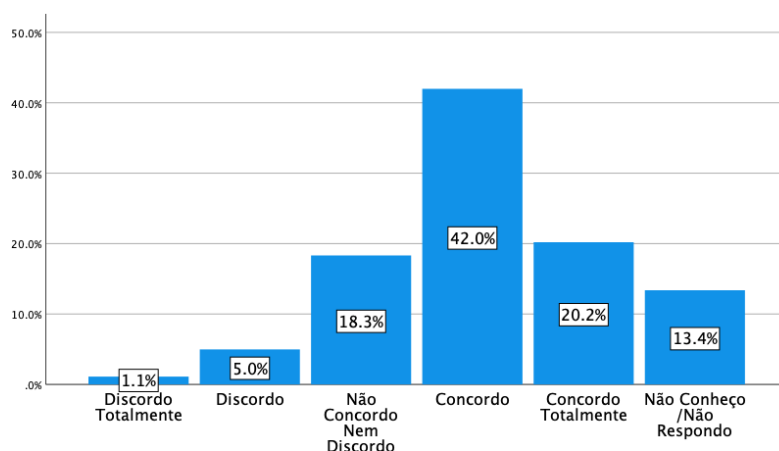
Quando o foco muda para as campanhas televisivas e a sua eficácia, sobressai que, comparativamente ao website, a percentagem de respondentes que não conhece ou não responde diminui para 11% e 55% dos respondentes concordam ou concordam totalmente com a afirmação acerca da eficácia das campanhas televisivas, conforme se verifica na Figura 34.

Figura 34. As campanhas televisivas são eficazes



Apesar de vivermos num mundo cada vez mais digital, apenas 13% dos respondentes refere não conhecer ou preferir não responder neste caso. Adicionalmente, de acordo com 62% dos respondentes que concordam ou concordam totalmente com a afirmação, os folhetos informativos são reconhecidos pela sua clareza (Figura 35).

Figura 35. Os folhetos informativos são claros



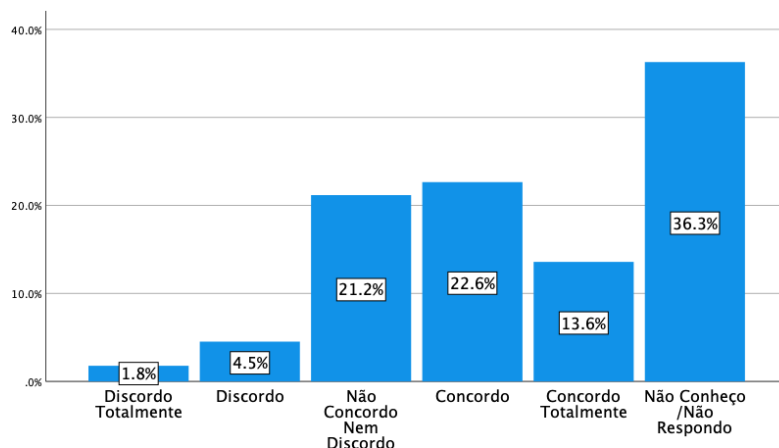
Embora existam méritos associados ao website, às campanhas televisivas e aos folhetos, subsiste o entendimento, junto de alguns respondentes acerca da necessidade de reforço do trabalho com vista à educação e sensibilização, eventualmente de forma mais criativa e simples focando o direito de voto e a sua importância como forma de combater a abstenção, sendo este um aspeto que também será abordado mais adiante. De forma a alcançar outros grupos de eleitores, a disponibilização de uma app (aplicação informática) foi apontada como uma das soluções a implementar.

Complementarmente, houve referências ao papel específico a desenvolver junto das escolas com o propósito de melhorar os conhecimentos dos jovens nestes domínios, talvez com a incorporação de alguma informação nos currículos académicos. Por outro lado, junto dos mais idosos, o foco deve ser na ajuda para que votem de forma consciente, evitando alguma possível manipulação ou desconhecimento.

Não obstante estes aspetos, também foi referida a importância da comunicação dirigida à população em geral, com vista a despertar o interesse da população para a política, alargando-se a temática para transmitir informação sobre a natureza, funcionamento e importância de todos os órgãos institucionais, incluindo a própria CNE.

Relativamente à facilidade de contacto com a CNE durante os períodos eleitorais, importa distinguir dois grupos de respondentes. Por um lado, aqueles que já tiveram alguma experiência de contacto com a CNE durante os períodos eleitorais e que representam cerca de 64% dos respondentes. Neste particular, importa compreender que não ter necessidade de contactar com a CNE durante estes períodos pode ser uma consequência do conhecimento dos respondentes e/ou qualidade da informação disponível por outras vias. Dentro do referido grupo de respondentes que têm experiência de contacto com a CNE, sobressai que mais de metade concorda ou concorda totalmente que é fácil contactar com a CNE, conforme decorre da análise da Figura 36.

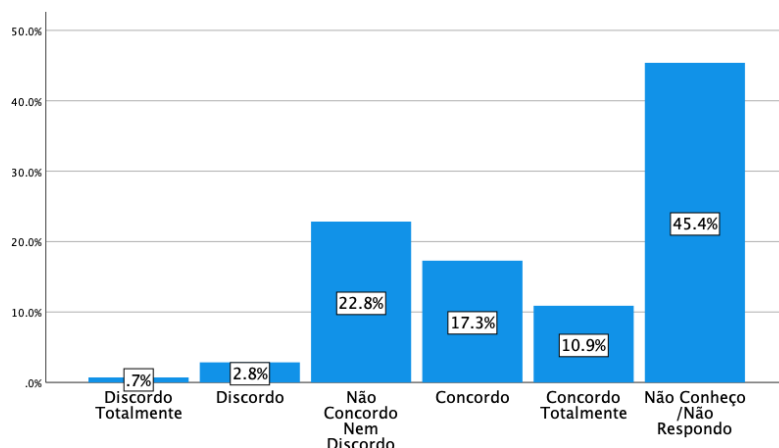
Figura 36. É fácil contactar a CNE durante os períodos eleitorais



Não obstante haver uma opinião tendencialmente positiva sobre a facilidade de contacto com a CNE durante os períodos eleitorais, ainda no âmbito do questionário, verificou-se haver uma sugestão para que possa haver, em cada concelho, alguém com formação adequada para esclarecer localmente as dúvidas que possam surgir no contexto das eleições e que, credenciado pela CNE, possa acompanhar não só as operações nos dias das eleições, bem como, as campanhas eleitorais.

Quando a questão se centra nos contactos fora dos períodos eleitorais, a percentagem dos que não conhecem ou não respondem sobe para 45%, equiparando-se a percentagem de respostas nas alternativas concordo e concordo totalmente com as restantes alternativas (Figura 37).

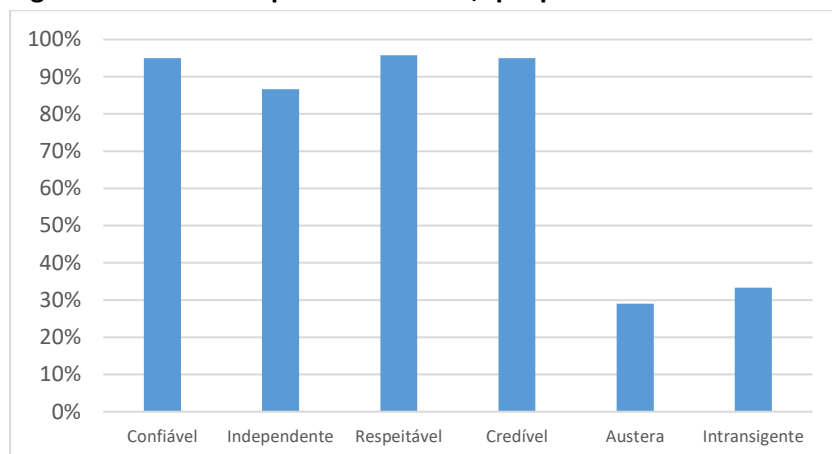
Figura 37. É fácil contactar a CNE fora dos períodos eleitorais



De seguida era pedido aos respondentes para identificar palavras que utilizariam para definir a CNE. Neste âmbito, conforme decorre da Figura 38, sobressaem “Respeitável”, “Confiável” e “Credível”. Segue-se “Independente” e, consideravelmente mais abaixo “Intransigente” e “Austera”. Os respondentes tinham ainda a possibilidade de identificar outras palavras, sobressaindo, pela positiva,

palavras como “Responsável”, “Necessária”, “Discreta” ou “Democrática”. Todavia, pela negativa, sobressaíram palavras como “Desconhecida”, “Antiquada”, “Burocrática” ou “Inacessível”. Complementarmente foi salientada a importância de assegurar que a CNE seja reconhecida como uma entidade “Imparcial” e “Transparente”.

Figura 38. Se tivesse que definir a CNE, que palavras utilizaria?

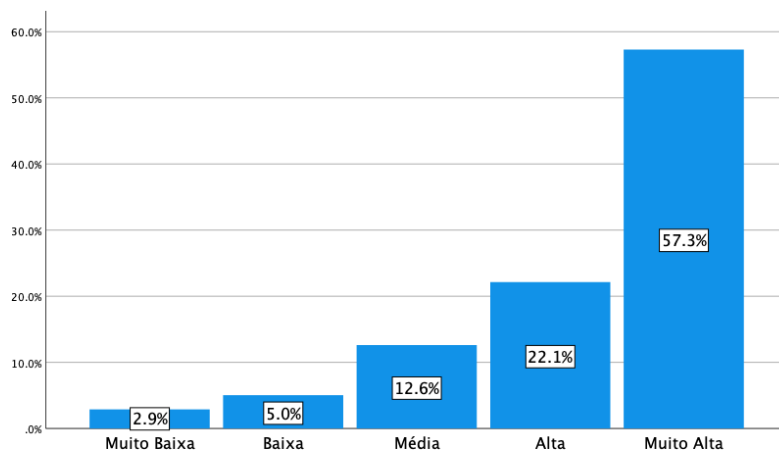


4.4- Desafios, oportunidades e prioridades

Na secção seguinte do questionário, o foco foi colocado nos desafios, oportunidades e prioridades para a atividade da CNE. Para o efeito eram identificados vários tópicos que resultaram do trabalho preparatório baseado na literatura existente, sendo dada oportunidade aos respondentes para identificar outros que não estivessem listados.

Na primeira questão era pedido aos respondentes que, com base na sua perceção, identificassem a importância (muito baixa, baixa, média, alta e muito alta) de um conjunto de desafios/oportunidades para a atividade da CNE nos próximos anos. Neste contexto era sugerido aos respondentes que assumissem, se necessário, um horizonte temporal de 20 anos. Com referência à redução da abstenção, o primeiro dos tópicos abordados, sobressai a grande importância atribuída, com 57% dos respondentes a considerar que a importância é muito alta e 22% a considerar que é alta, por oposição a 8% dos respondentes que, cumulativamente, referem ser muito baixa ou baixa (Figura 39).

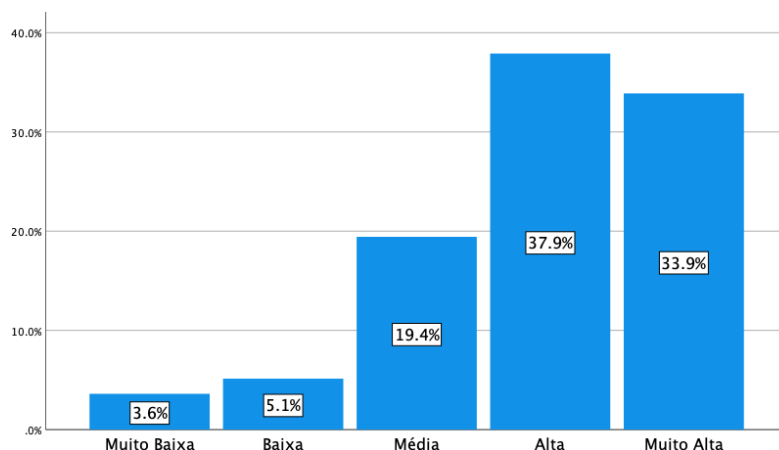
Figura 39. Redução da abstenção



Apesar do tema da abstenção ser especificamente tratado no âmbito do questionário, vários dos respondentes aproveitaram as questões abertas para fazer referências adicionais ao tema, incluindo as situações em que tal seria aceitável (doença, trabalho ou outro motivo de força maior) ou apelando à obrigatoriedade do voto com penalização para quem não votar de forma não justificada.

Uma das características das sociedades modernas e bastante presente em Portugal prende-se com o envelhecimento da população. No que se refere às eleições, este é também um desafio, conforme decorre da apreciação feita por 72% dos respondentes que classificam a importância do envelhecimento da população como alta ou muito alta (Figura 40).

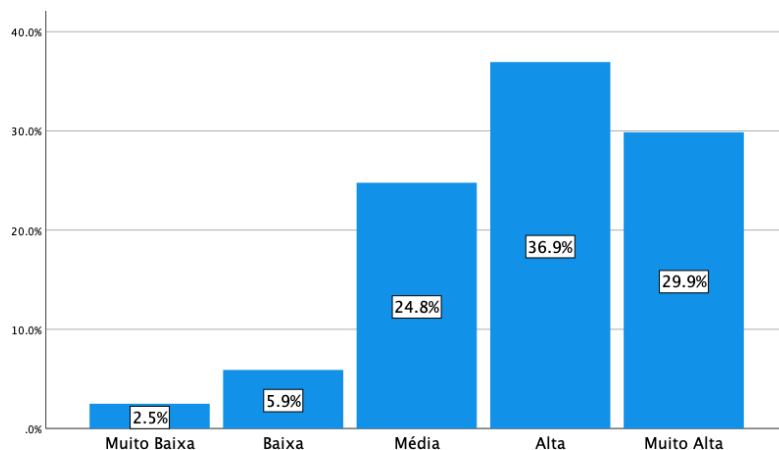
Figura 40. Envelhecimento da população



A propósito do envelhecimento da população, poderá ser necessária, considerando os comentários e sugestões dos respondentes, a possibilidade de haver algum nível de adaptação para facilitar o voto às pessoas mais velhas, ao mesmo tempo que se mitiga um conjunto de práticas relacionadas com o transporte de idosos nos dias das eleições.

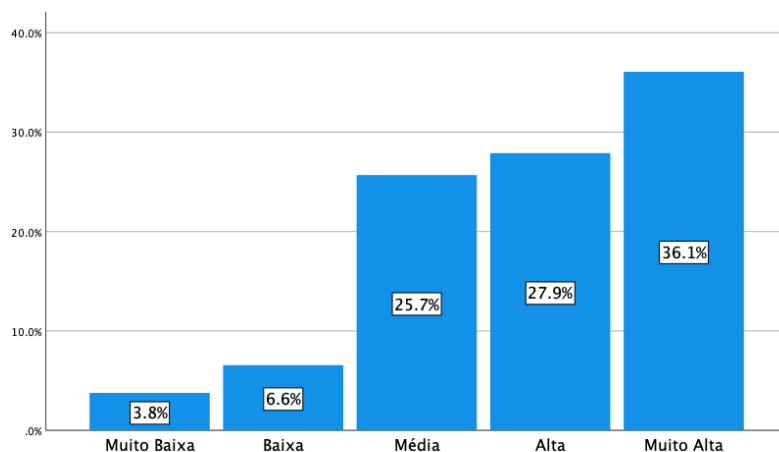
Outra característica relevante abordada no âmbito do questionário reflete-se na maior mobilidade da população que, conforme é público, tem suscitado múltiplas reflexões e medidas, incluindo o voto antecipado. Neste contexto, conforme revela a figura 41, a percentagem de respondentes que considera este um tema com importância alta ou muito alta ascende a 67%.

Figura 41. Maior mobilidade da população



Outro domínio de relevo atualmente reflete-se na importância dos recursos tecnológicos e no contributo que podem trazer para um conjunto de atividades. No caso em análise, foi avaliada a importância da desmaterialização dos cadernos eleitorais que, conforme se identifica na Figura 42, é considerada alta ou muito alta por 64% dos respondentes.

Figura 42. Desmaterialização dos cadernos eleitorais



A desmaterialização dos cadernos eleitorais poderia permitir a introdução de melhorias específicas como seria o caso da identificação dos eleitores por via eletrónica junto das mesas de voto, do agendamento prévio do horário (como já sucede em vários serviços públicos) e local para votar com

a vantagem de minimizar a ocorrência de situações de “horas mortas” ou situações de demora para votar. Adicionalmente, seja através da desmaterialização ou outro instrumento, foi realçada a importância de assegurar a atualização dos cadernos eleitorais. Salienta-se, no entanto, que este argumento revela a presença de algum desconhecimento sobre as alterações ocorridas ao longo dos anos e que asseguram a atualização em permanência dos cadernos eleitorais, por exemplo, sempre que ocorra algum evento relevante, como mudança de morada ou óbito.

Retomando a problemática da abstenção e da maior mobilidade da população, foram identificados dois aspetos relativos ao voto presencial e ao voto em mobilidade. A apreciação dos respondentes aponta para a importância alta ou muito alta de novas alternativas para o voto presencial (62%, conforme Figura 43) e da flexibilização do voto em mobilidade (60%), conforme caracteriza a Figura 44.

Figura 43. Novas alternativas para voto presencial (por exemplo, durante os dias úteis)

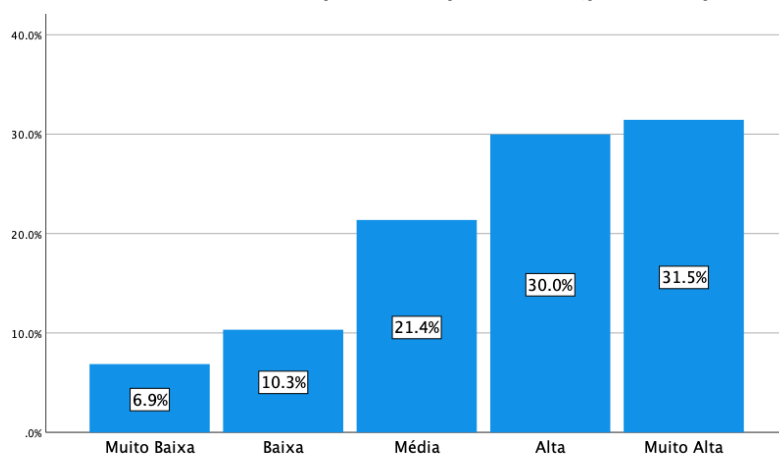
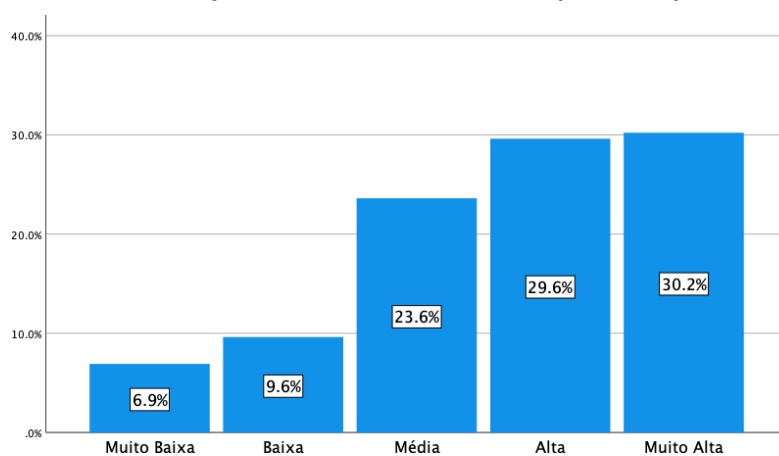


Figura 44. Flexibilização do voto em mobilidade (por exemplo, sem inscrição prévia)



Complementarmente, foi possível apurar através dos comentários e sugestões apresentados pelos respondentes que poderia ser desejável ter um período de votação mais alargado e que possa ser concretizado junto de serviços públicos (eventualmente numa lógica de voto eletrónico presencial). No que se refere à flexibilização, importa considerar especificamente o caso dos eleitores residentes no estrangeiro para que possam, eventualmente, aproveitar deslocações a Portugal em data próxima às eleições para exercer o seu direito de voto. Outras sugestões incluíam, ainda, o voto em horário pós-laboral.

Apesar da importância atribuída às novas alternativas para voto presencial e à flexibilização do voto em mobilidade, quando a flexibilização do exercício de voto foi apresentada de forma mais genérica, a percentagem de respondentes que atribuíram uma importância alta ou muito alta subiu para 67% (Figura 45). Ainda mais importante, conforme revela a Figura 46, é o voto eletrónico. Mesmo sem ser claro se estava em equação o voto eletrónico presencial ou remoto, 23% dos respondentes consideraram que se trata de um tópico de alta importância e 48% consideram que essa importância é muito alta.

Figura 45. Flexibilização do exercício de voto

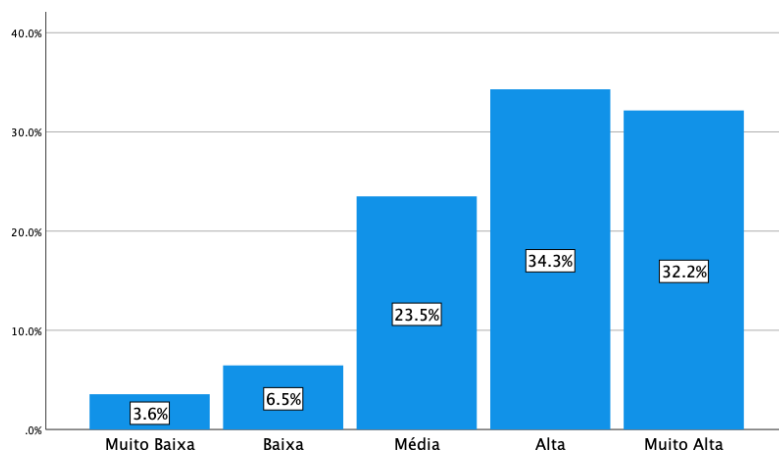
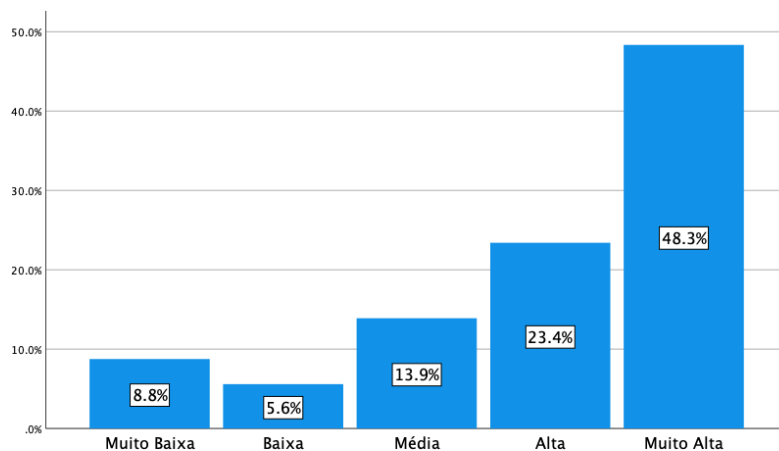


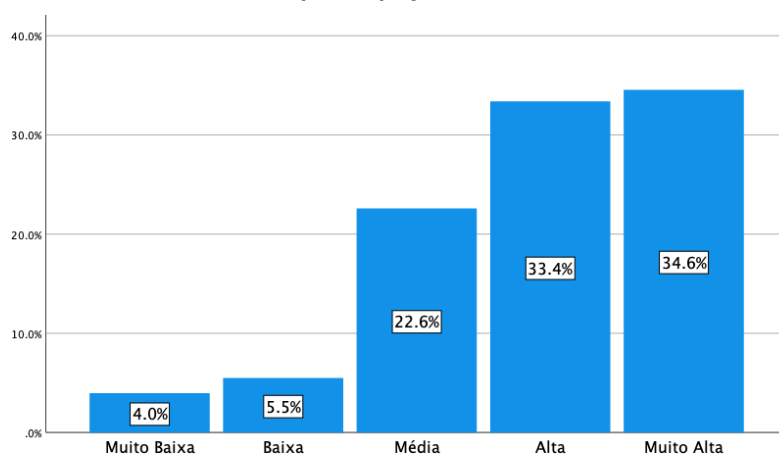
Figura 46. Voto eletrónico



Embora o voto eletrónico seja elogiado e apoiado pela maioria dos respondentes e seja reconhecidos que este possa ir especialmente ao encontro dos eleitores mais jovens, outros há que revelam as suas preocupações salientando que, apesar de poder ser utilizada a tecnologia, por exemplo, para desmaterializar os cadernos eleitorais ou para identificar os eleitores junto da mesa de voto, o voto físico e a contagem pelos membros da mesa ainda continua a garantir maior transparência, participação dos cidadãos e responsabilização.

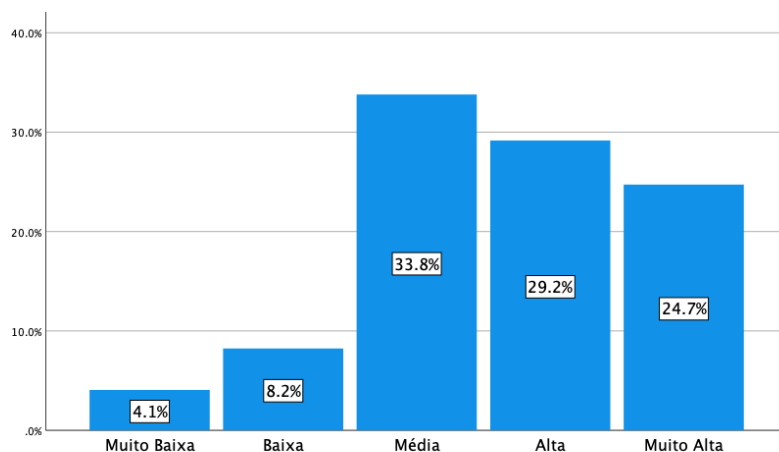
Não obstante o mérito da reflexão sobre o exercício do direito de voto, procurou-se também apreciar a importância das novas formas de participação dos cidadãos. Embora o tópico tenha sido apresentado de forma genérica, ou seja, sem concretizar que outras formas de participação dos cidadãos estavam em questão, este é um tema com importância alta ou muito alta para 68% dos respondentes, conforme se evidencia na Figura 47.

Figura 47. Novas formas de participação dos cidadãos



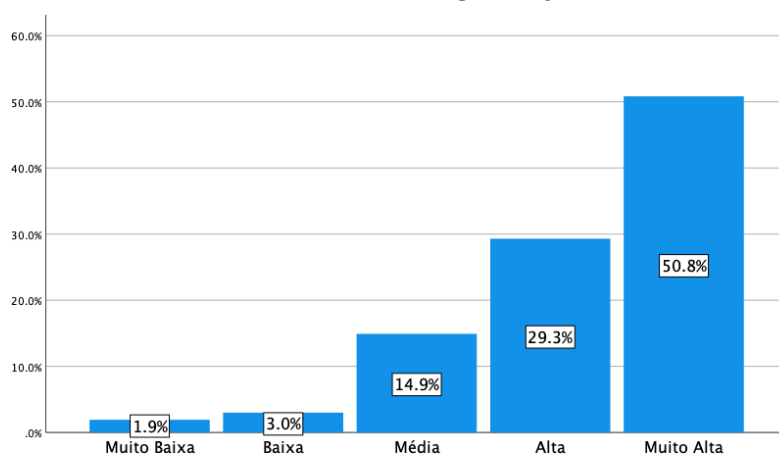
Focando a atenção nas atividades desenvolvidas pela CNE, avaliou-se a importância do alargamento das competências da CNE no âmbito das eleições. Salienta-se, a este propósito, que se trata de um questionário dirigido a cidadãos que já haviam participado em mesas de voto e que possuem conhecimento adequado sobre as competências da CNE no âmbito das eleições. Os resultados apurados (Figura 48) revelam que há uma maior proximidade entre os que consideram que o alargamento de competências tem importância média com os que consideram que tem uma importância alta ou muito alta (estes dois grupos, ainda assim, representam 54% dos respondentes).

Figura 48. Alargar as competências da CNE no âmbito das eleições



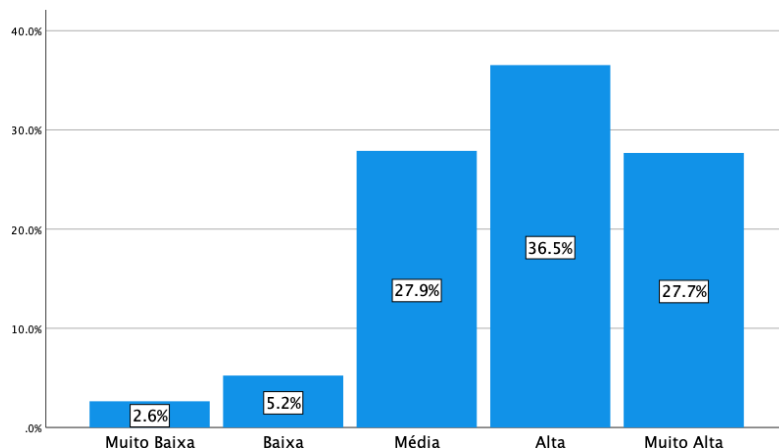
No que se refere ao papel que a CNE possa desempenhar na prevenção dos riscos associados à digitalização, sobressai que este é um tema que é central para os respondentes, reunindo nas categorias alta e muito alta 80% dos respondentes (Figura 49), em linha com o que se verificou para a redução da abstenção e para o voto eletrónico.

Figura 49. Prevenir riscos associados à digitalização



Apesar da importância dos riscos associados à digitalização, a importância da utilização de novas formas de disponibilização de materiais é considerada alta ou muito alta por 64% dos respondentes (Figura 50).

Figura 50. Novas formas de disponibilização de materiais



De seguida foi abordada a importância de ações de formação realizadas pela CNE e dirigidas a membros das mesas de voto, bem como o desenvolvimento de novas formas para o fazer. Os resultados, espelhados respetivamente nas Figuras 51 e 52, revelam que 68% dos respondentes consideram que a importância de ações de formação é alta ou muito alta e idêntica percentagem considera que devem ser desenvolvidas novas formas para realizar essa formação.

Figura 51. Realizar ações de formação para os membros das mesas de voto

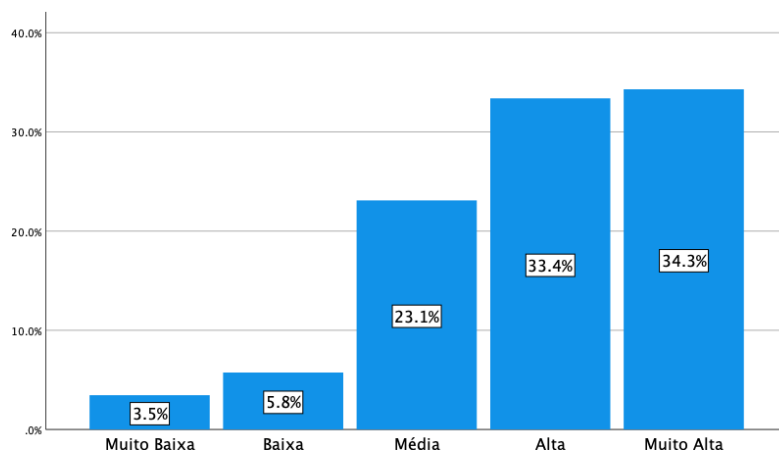
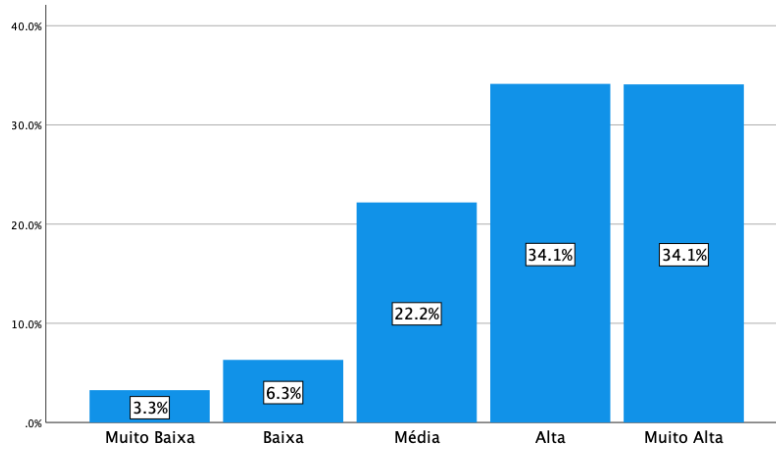


Figura 52. Desenvolver novas formas de formação dos membros das mesas de voto



Considerando que, no âmbito do questionário, é conhecido quem já frequentou formação realizada pela CNE, é possível utilizar essa informação para verificar se a formação prévia diferencia o perfil das respostas a estas duas questões. Verifica-se, de forma genérica, que quem já frequentou a formação tende a atribuir maior importância a essa atividade (Figuras 53 e 54) e que, é junto de quem fez formação fora do âmbito da CNE que parece atribuir maior importância ao desenvolvimento de novas formas de formação (Figuras 55 e 56). Apesar da importância global atribuída à formação, também houve alguns respondentes que não a valorizaram tanto e, no âmbito das questões abertas, também foi comentado que, tratando-se de um dever de cidadania, também os próprios devem procurar conhecer o processo não estando simplesmente à espera de formação.

Figura 53. Realizar ações de formação para os membros das mesas de voto considerando a frequência prévia de formação realizada pela CNE

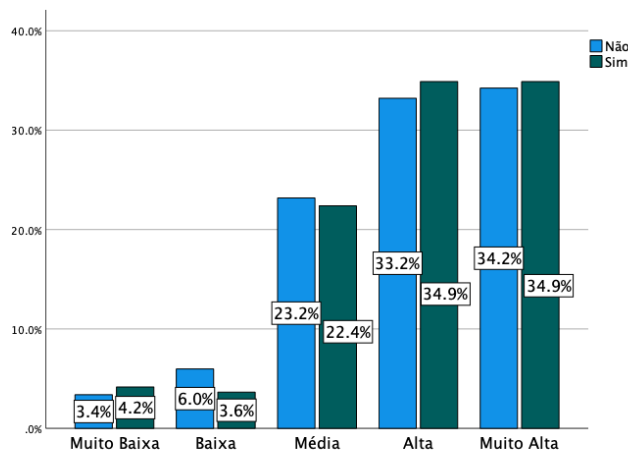


Figura 54. Realizar ações de formação para os membros das mesas de voto considerando a frequência prévia de formação realizada por outras entidades

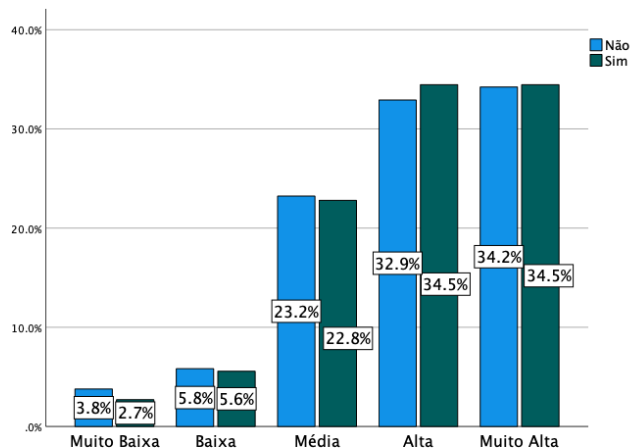


Figura 55. Desenvolver novas formas de formação dos membros das mesas de voto considerando a frequência prévia de formação realizada pela CNE

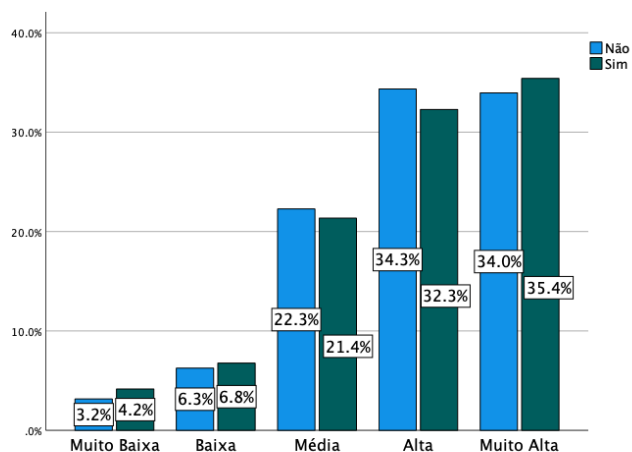
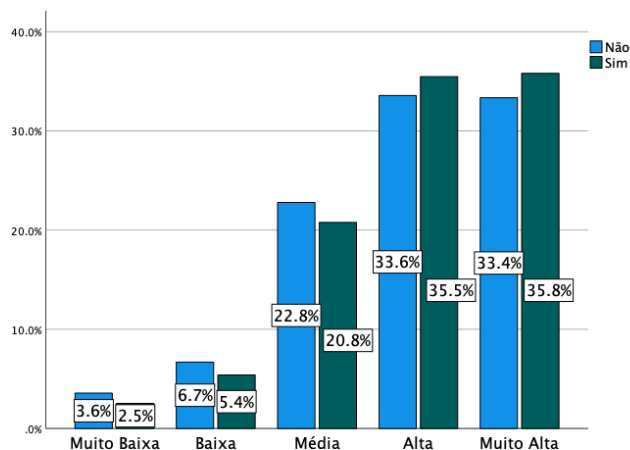
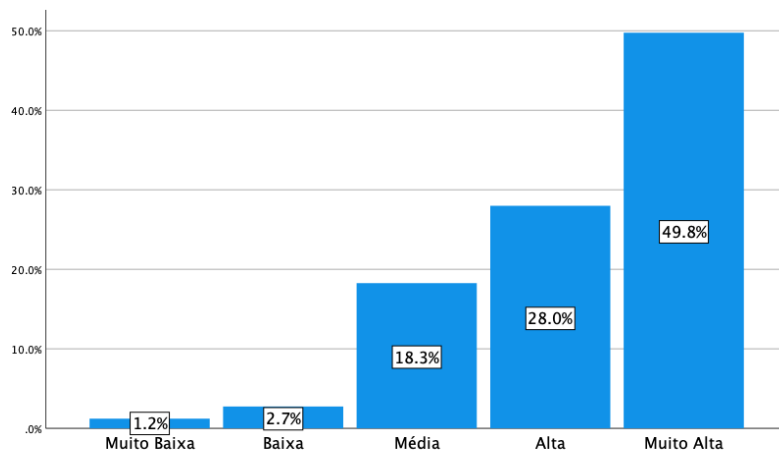


Figura 56. Desenvolver novas formas de formação dos membros das mesas de voto considerando a frequência prévia de formação realizada por outras entidades



A propósito da independência organizacional da CNE, globalmente os respondentes consideram que a sua importância é alta (28%) ou muito alta (50%), conforme decorre da Figura 57. Complementarmente, alguns dos entrevistados aproveitaram para reforçar nos comentários a importância desta independência.

Figura 57. Manter a independência organizacional da CNE



Por fim, foi dada oportunidade para que os respondentes pudessem fazer referência a outros desafios ou oportunidades para a atividade da CNE. Embora, pela sua diversidade, seja pouco útil fazer uma análise quantitativa, verifica-se haver alguns aspetos que podem ser relevantes para e que se procura sistematizar de seguida. Quando de trata de temas complementares a outros tópicos tratados de forma quantitativa, procurou-se fazer a respetiva referência no local apropriado.

Apesar de reconhecido que algumas das sugestões não dependem diretamente da vontade e decisões da CNE, o entendimento aponta no sentido da CNE ser parte a envolver ou dinamizadora no processo

de mudança. Feito o referido trabalho de sistematização, sobressaem alguns tópicos a tomar em consideração, como os seguintes:

- Rever a interpretação do dia de reflexão;
- Redução do período temporal entre a realização das eleições e a tomada de posse dos eleitos;
- Substituição do método de Hondt por outro que possa assegurar uma melhor representação das várias opiniões na sociedade. Este foi um tema de particular destaque nos comentários em interligação com a necessidade de ajustamento dos círculos eleitorais para que não haja “desperdício” de votos, por exemplo desenvolvendo sistemas alternativas de voto em legislativas com inclusão de um círculo de compensação ou listas abertas;
- Possibilidade do estabelecimento de um número mínimo de votos para atribuir mandatos;
- Refletir sobre o tema das sondagens;
- Dispor de um sistema de informação que permita saber quem são os candidatos a cargos públicos;
- Diminuir o desperdício de recursos (por exemplo, boletins de voto não utilizados);
- Punir violações às regras eleitorais, como é o caso de propaganda junto a locais de voto.

Saindo da área estrita de intervenção da CNE, foi solicitado aos respondentes que se pronunciassem sobre um conjunto de aspetos relacionados com o regime jurídico, as leis eleitorais e a lei orgânica do regime do referendo. Para o efeito foi proposta uma escala de 1 a 5, correspondendo 1 a “Discordo Totalmente” e 5 a “Concordo Totalmente”, conjugada com a opção “Não Conheço / Não Sei / Não Respondo”.

De uma forma genérica, sobressaem em todos os casos (especialmente quando se foca nas Regiões Autónomas) as percentagens de respondentes que não conhecem, não sabem ou não respondem e as percentagens de respondentes que não concordam nem discordam. Apesar destas percentagens, 45% dos respondentes concordam ou concordam totalmente com a revisão do regime jurídico do recenseamento eleitoral (Figura 58), 33% com a revisão da lei eleitoral do Presidente da República (Figura 59), 43% com a revisão da lei eleitoral da Assembleia da República (Figura 60), 42% com a revisão da lei eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais (Figura 61), 36% com a revisão da lei eleitoral para o Parlamento Europeu (Figura 62), 25% com a revisão da lei eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Figura 63) e idêntica percentagem no caso da Região Autónoma da Madeira (Figura 64). Por fim, no que se refere à lei orgânica do regime do Referendo, a percentagem dos respondentes que expressa concordância ou concordância total com a respetiva revisão situa-se em 42% (Figura 65).

Figura 58. É importante rever o regime jurídico do recenseamento eleitoral

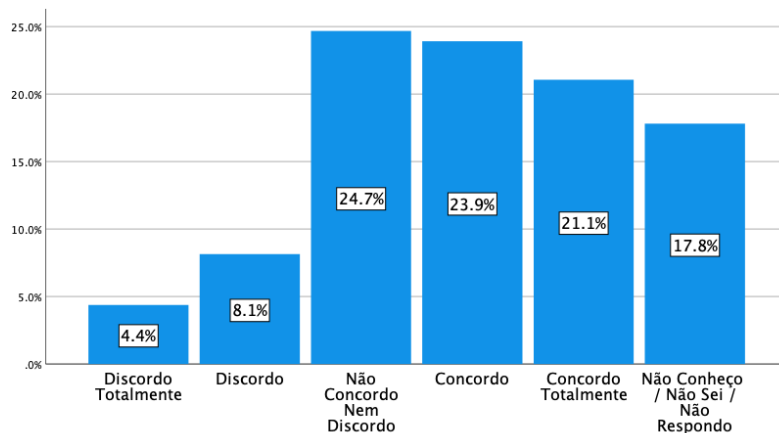


Figura 59. É importante rever a lei eleitoral do Presidente da República

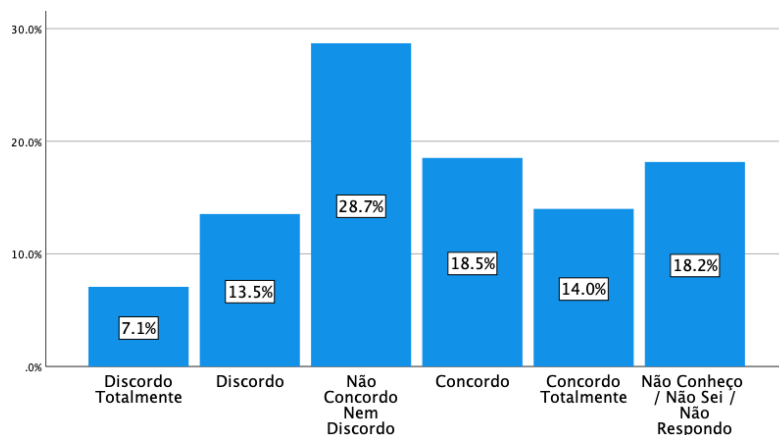


Figura 60. É importante rever a lei eleitoral da Assembleia da República

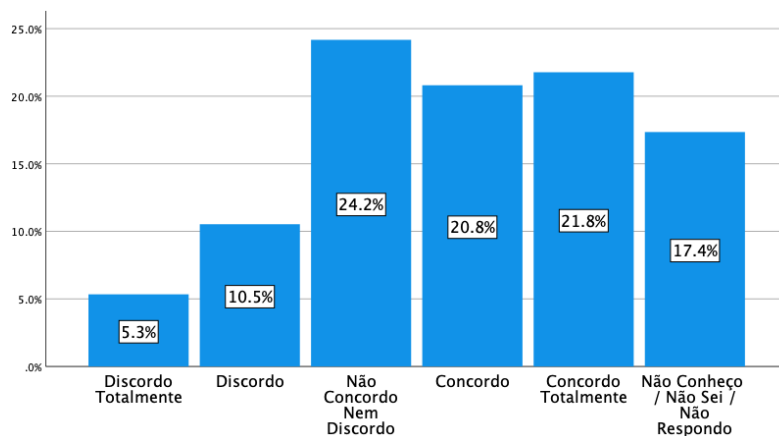


Figura 61. É importante rever a lei eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais

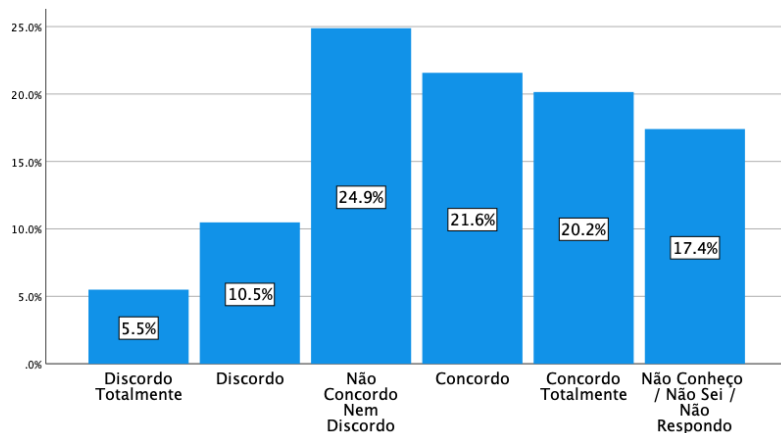


Figura 62. É importante rever a lei eleitoral para o Parlamento Europeu

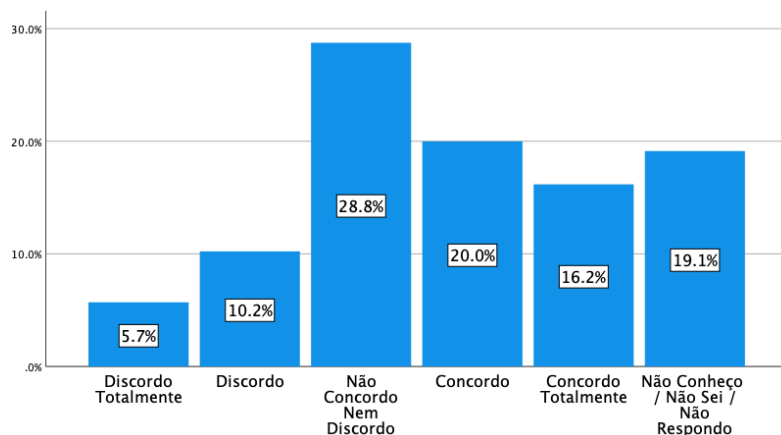


Figura 63. É importante rever a lei eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

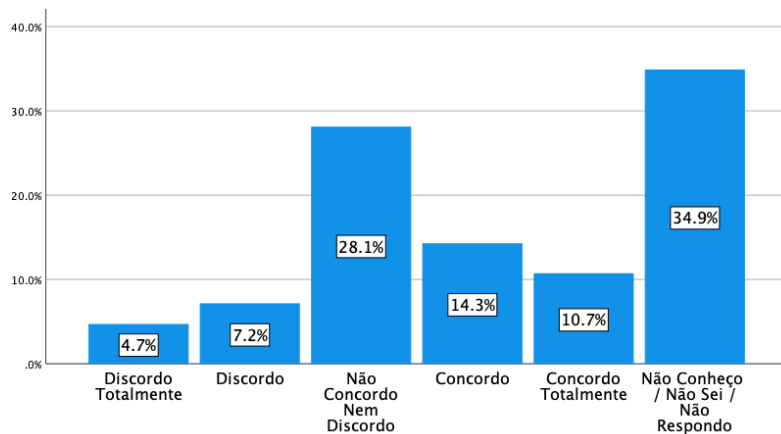


Figura 64. É importante rever a lei eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira

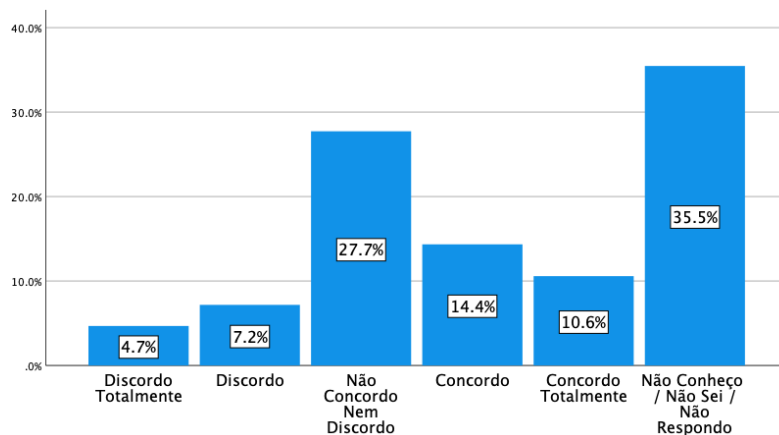
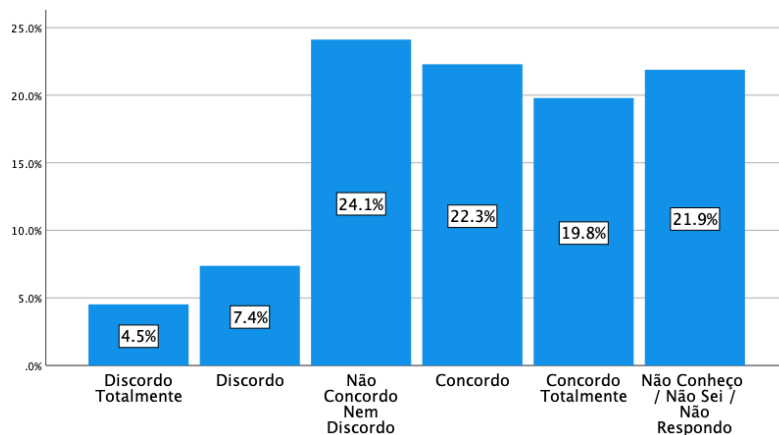


Figura 65. É importante rever a lei orgânica do regime do Referendo



4.5- Outros tópicos

A secção 3 do questionário terminava com duas questões abertas com foco na importância da revisão das leis eleitorais, procurando-se compreender quais as alterações mais relevantes e na identificação de outras oportunidades para melhoria do processo eleitoral em Portugal. Em ambos os casos os contributos dos respondentes foram significativos, procurando-se, de seguida, apresentar uma síntese dos mais recorrentes e relevantes e que não estivessem já refletidos previamente (por exemplo, voto eletrónico ou voto em mobilidade).

4.5.1- Propostas de alteração às leis eleitorais

No contexto das alterações às leis eleitorais, foi solicitado aos respondentes que explicitassem as alterações que considerassem ser mais importantes. Por forma a sistematizar as contribuições recebidas, foram criadas várias categorias, incluindo a) Temas transversais, em que se procura identificar os principais contributos que não se relacionem com um tipo específico de eleições e b) Recenseamento Eleitoral, c) Assembleia da República, d) Autarquias Locais, que foram o foco de vários contributos, e) Presidente da República, f) Parlamento Europeu e g) Referendo, em que são colocados em evidência os principais contributos nestes domínios específicos.

a) Temas transversais:

- Paridade;
- Diminuição o número máximo de mandatos;
- Disponibilização no site da CNE dos programas dos candidatos e das candidaturas;
- Tornar as leis mais explicativas e uniformizadas, tornando-as mais facilmente compreensíveis para os cidadãos, evitando remeter para outros diplomas e reconhecendo que as leis mais antigas e desadequadas à conjuntura social/económica atual devem ser atualizadas (por exemplo, ainda se justifica a reflexão em termos de Distritos);
- Alteração dos prazos para as campanhas eleitorais e para a divulgação de sondagens;
- Marcação de novo ato eleitoral caso a abstenção e votos inválidos sejam superiores aos votos válidos;
- Clarificação dos procedimentos relativos ao voto dos eleitores não residentes e reflexão sobre a inclusão de cópia de documento de identificação no voto por via postal, atendendo às questões relacionadas com a privacidade. No caso específico das eleições para a Assembleia da República, aumentar o número de deputados eleitos pelos emigrantes;
- Maior monitorização das campanhas, especialmente em ambiente rural;
- Clarificação das condições de acompanhamento para os eleitores invisuais ou analfabetos, mas também sobre a possibilidade de os pais terem consigo crianças;
- Estímulo ao reforço da participação cívica, por exemplo através de Conselhos de Cidadãos com maior impacto e abrangência nacional;
- Alargar a participação nas eleições a outros setores da sociedade, não apenas para representantes de partidos políticos;
- Necessidade do dia de reflexão, especialmente num contexto em que é possível o acesso por via eletrónica aos conteúdos;
- Permitir o voto a partir dos 16 anos, embora também seja defendido que o voto só seja permitido a partir dos 21 anos;
- Alargar a votação para 2 dias;
- Assegurar que as decisões da CNE sejam colocadas em prática, por exemplo, em caso de propaganda que não está em conformidade com as regras vigentes;

b) Recenseamento Eleitoral:

- Considerar as alterações do recenseamento automático para residentes também no estrangeiro, salvaguardando-se o cumprimento das leis europeias sobre votações em dois países diferentes (nacionalidade vs. residência);
- Facilitação do recenseamento eleitoral on-line e maior rigor na alteração da residência dos eleitores;

c) Assembleia da República:

- Número de eleitos;
- Eleição uninominal, privilegiando-se o conhecimento sobre os candidatos ou programas eleitorais;
- Conversão dos votos em branco em lugares vazios;
- Maior presença de pessoas sem ligação aos partidos (sociedade civil);
- Assegurar a representação dos eleitos locais (por exemplo, uma percentagem dos Presidentes de Câmara de cada região serem automaticamente deputados);
- Parte dos votos dos círculos do interior são desperdiçados, elegendo muito poucos deputados para a AR, convidando à existência de um círculo de compensação;

d) Autarquias Locais:

- Reforço das condições para participação dos movimentos de cidadãos nas eleições;
- Simplificar o processo, considerando os diferentes organismos;
- Extinguir as Uniões de Freguesias;
- Redução do número máximo de mandatos para 2, sendo idêntica recomendação apresentada para as eleições nas Regiões Autónomas;
- Em contrapartida, reconhecendo-se o tempo necessário para a implementação de projetos (por exemplo, associado ao lançamento de concursos), poderia ser vantajoso que os mandatos autárquicos fossem alargados para 5 ou 6 anos;
- Acabar com o método de representação proporcional correspondente à média mais alta de Hondt;
- Refletir sobre a possibilidade de realizar uma segunda volta para melhorar as condições de governação das autarquias;
- Refletir sobre o lugar dos Presidentes de Junta na Assembleia Municipal pois podem distorcer a vontade dos eleitores e, de forma geral, melhorar o funcionamento deste órgão;
- Refletir sobre a existência de vereadores sem pelouro;

e) Presidente da República

- Refletir sobre o número e duração de mandatos. Dois mandatos de 5 anos pode ser tempo demais, mas também há respondentes a defender que possa ser alargado o período máximo;

f) Parlamento Europeu:

- Dar maior visibilidade;

g) Referendo:

- Impulsionar a realização de referendos;
- Reforçar a importância do resultado dos referendos.

4.5.2- Temas gerais sobre melhorias no processo eleitoral em Portugal

A última questão aberta permitia que os respondentes pudessem, de uma forma livre, pronunciar-se sobre qualquer outro aspeto com vista à melhoria no processo eleitoral em Portugal. O número de contributos recebidos foi elevado e diverso, o que se interpreta com um sinal de empenho dos próprios e da importância do tema. Procura-se, de seguida, evidenciar os que se apresentam com maior relevo dentro do âmbito do presente trabalho.

- Num contexto de maior afastamento entre os eleitos e os cidadãos eleitores, que pode decorrer de alguma desatualização do sistema eleitoral e pode contribuir para uma parte da abstenção que é necessário diminuir, sobressai a importância de poder envolver um maior número de organizações políticas e assegurar mecanismos e preponderância ao direito de petição e reclamação dos cidadãos;
- Ainda no domínio da abstenção, alguns dos respondentes referiram-se à eventualmente penalização dos eleitores que, de forma não justificável, se abstiverem, seja pela limitação do acesso a cargos e funções públicas, pela impossibilidade de acesso a algum tipo de recursos, como é o caso de subsídios, ou a alternativa coimas, ou agravamento dos preços em serviços públicos. Pela positiva, houve referência a benefícios fiscais para quem votar. Não obstante os esforços para reduzir a abstenção, na perspetiva de alguns respondentes, a sua existência também deve ser alvo de análise;
- No que se refere à digitalização, outra área com potencial para reduzir a abstenção, vários dos respondentes comentaram as vantagens da implementação do voto eletrónico, seja presencialmente ou remotamente, que nos dois cenários permite a flexibilização do local de voto. Neste domínio, pode haver prioridade para os que, por exemplo por doença, não possam deslocar-se para votar. Todavia, não deixa de ser reconhecida a existência de riscos associados ao voto eletrónico e a importância de outras formas de facilitação da votação, seja por via postal, seja pela existência de mais datas e flexibilização do voto antecipado;
- Uma outra área de relevo relaciona-se com a comunicação, informação e formação. Por um lado, é necessário que os cidadãos possuam um conhecimento mais aprofundado sobre o funcionamento das eleições e da importância do voto, por exemplo, através de maior presença na televisão e outros órgãos de comunicação social, num período mais amplo relativamente ao próprio ato eleitoral, com potencial contributo para a redução da abstenção. Importa, por exemplo, assegurar que os cidadãos interpretem corretamente os boletins de voto e os saibam preencher e, em particular, no caso das eleições autárquicas compreendam adequadamente a

existência de 3 boletins. Ainda neste domínio, não deve ser negligenciada a comunicação no sentido de ir preparando, especialmente junto dos cidadãos com potenciais dificuldades, a utilização de recursos digitais no âmbito das eleições. Por outro lado, os membros das mesas de voto também necessitam de maior informação e até de formação que seria obrigatória para quem desempenha funções pela primeira vez e especialmente relevante para assegurar presidência da mesa. Por fim, os candidatos e eleitos necessitariam de ter melhor conhecimento sobre o funcionamento da Administração Pública;

- No que se refere ao funcionamento das eleições, dado o perfil dos respondentes, sobressaíram várias recomendações quanto ao funcionamento e constituição das mesas de voto. No que se refere ao funcionamento, sobressaem alguns comentários quanto ao horário exigente que os membros devem cumprir, muitas vezes com dificuldades no que se às condições físicas disponibilizadas para o funcionamento da mesa, também no que refere à deslocação, refeições e outras questões básicas, incluindo os montantes da remuneração. Relativamente à constituição, sobressai a importância da formação adequada dos membros, o reforço da sua independência em contraponto a alguma tendência para a elevada representação dos partidos nas mesas, mas também outros aspetos como a articulação e o papel dos observadores. Sugere-se, ainda, uma maior ligação da CNE aos membros das mesas de voto;
- É ainda reconhecida a importância dos próprios políticos e partidos políticos no sentido de melhorar a sua credibilidade aos olhos dos eleitores. Esta melhoria poderia ser complementada com regras que, por exemplo, relacionadas com a exclusividade e impeçam o exercício de determinadas atividades profissionais após o respetivo mandato ou as implicações de processos na justiça. Não é negligenciável, neste domínio, a falta de clareza no discurso que pode dificultar a sua compreensão pelos eleitores. Ainda no domínio da credibilidade, interliga-se a temática do financiamento e observância das regras relativamente às despesas das campanhas;
- A este propósito, sobressai também a importância de assegurar maior igualdade no acesso aos órgãos de comunicação social e na propaganda política. Este desígnio interliga também com o papel que a CNE possa desempenhar na prevenção e resposta ao incumprimento das regras por qualquer das partes envolvidas;
- Por fim, importa reforçar, reconhecer e enquadrar as novas formas de participação dos cidadãos. Um dos exemplos centra-se nos movimentos de cidadãos e o contexto em que podem apresentar candidaturas, mas acrescem outros exemplos como as petições eletrónicas. Em sentido contrário, alguns respondentes manifestam a importância da maior exigência para participação, por exemplo, aumentando o número de assinaturas necessário à formação de um partido político.

5. Análise das Entrevistas

Foram realizadas presencialmente ou por via eletrónica (Zoom) 12 entrevistas envolvendo 13 entrevistados, personalidades nacionais e internacionais (listagem disponível no anexo 3), com reconhecida competência aos níveis presente e futuro da previsível evolução do contexto eleitoral.

As principais informações são sistematizadas agrupadas pelas dimensões da análise PESTLA anteriormente referida. Refira-se que, face às especificidades do domínio de atuação da CNE, os aspetos Políticos e Legais são apresentados numa única secção. O texto apresentado corresponde a uma síntese das reuniões realizadas complementadas, sempre que necessário, por algum enquadramento ou interpretação adicional da responsabilidade dos autores do presente estudo. Salienta-se, por fim, que há um conjunto de questões que poderiam ser enquadrados em múltiplas das dimensões da análise PESTLA, optando-se, todavia, por evitar repetições e fazer-se a respetiva referência na dimensão que se considera dominante (por exemplo, os Movimentos de Cidadãos poderiam ser abordados no âmbito político-legal, mas optou-se por fazer o respetivo enquadramento no âmbito sociocultural).

5.1- Fatores Políticos e Legais

As últimas décadas em Portugal (acompanhando tendências internacionais) têm sido marcadas por uma evolução nas instituições, fruto de opções políticas orientadas para a regulação em alternativa à intervenção direta do Estado nos setores de atividade. A CNE foi constituída num contexto específico que evoluiu e, embora no início da democracia a CNE tenha assumido um papel central para transmitir confiança, os entrevistados mais críticos referem que ao longo dos tempos passou a haver decisões “tendenciosas”, o que significa que se faz política com os “pequenos poderes” da CNE e que, efetivamente, a CNE, pretendendo ser o “guardião” do sistema, “para além de tecer comentários públicos, não faz nada”. Outros, mais moderados, apontam à CNE uma tendência para um cumprimento cego da legislação e conseqüente ótica burocrática.

Estas perspetivas podem ser enquadrada naquilo que é a imagem pública da CNE e, embora tenha sido evidenciada por parte de alguns participantes uma perspetiva negativa, a maioria afirma que a CNE é uma referência histórica de imparcialidade, isenção e capacidade na organização dos atos eleitorais, tendo estado à altura das atribuições e responsabilidades em circunstâncias evolutivas ao longo de décadas, o que é comprovável pelo facto de, ao longo destas já quase 5 décadas, não ter havido qualquer contestação global. Tal contribui para a perceção dominante sobre a importância da existência da CNE e que a sua independência é altamente positiva o que, para alguns dos entrevistados, parece ser um “milagre”.

Não obstante algumas críticas e limitações, reconhece-se que o sistema eleitoral merece a confiança dos eleitores, mas tem as competências distribuídas por demasiadas entidades. Neste contexto, a CNE poderia contribuir para a definição do modelo das eleições sugerindo um conjunto de novas normas

e/ou melhoria das existentes, embora se reconheça que os sistemas até podem ser bastante evoluídos, mas dependem sempre do grau de educação e do modo de ser cultural. Quanto a mudanças que possam vir a ser introduzidas, sobressai a importância de, face à centralidade do Sistema Eleitoral para o funcionamento do Sistema Político e à sistemática oposição deste à implementação de mudanças estruturais, ser preferível apostar na implementação de micro-mudanças em vez de mudanças que, muito provavelmente, iriam esbarrar na oposição dos poderes constituídos.

Assim, no campo das mudanças no sistema eleitoral, que foi um dos temas mais abordados pelos entrevistados, apesar da intervenção direta da CNE neste domínio ser reduzida, foi feita referência à flexibilização do voto em mobilidade e do voto antecipado (tema entretanto alvo de decisão recente e com implicações nas eleições para o Parlamento Europeu a realizar em 2024), ao alargamento para dois dias de eleições e/ou alargamento do horário de votação, com maior número de mesas, que não foi consensual, ao voto preferencial, que também não foi consensual, à melhoria do voto por correspondência, e, ainda algumas referências ao voto obrigatório – embora rejeitado pela maioria dos entrevistados – com aplicação de multas pecuniárias ou penalizações fiscais. O tema dos Cadernos Eleitorais Digitais foi bastante referido como forma de melhorar, entre outros, dois aspetos essenciais: a limpeza e manutenção dos cadernos, considerado um aspeto fundamental para a “diminuição” dos números da abstenção (reconhecendo-se, no entanto, que atualmente este trabalho de limpeza e manutenção dos cadernos já é desenvolvido em permanência, apesar de sobressair algum desconhecimento público) e a redução do consumo de papel no decurso das eleições. Neste âmbito a CNE deve prestar atenção à correta inscrição dos eleitores e locais de votação e foi sugerida a contabilização da abstenção separadamente entre os círculos Nacionais e Europa/Fora da Europa. Também foi bastante referido, de forma praticamente consensual, o fim do dia de reflexão. Em qualquer dos casos, a propósito da facilitação do voto, esta não pode pôr em causa a garantia da confiança.

Uma mudança menos subtil seria a implementação do voto eletrónico. Embora seja visto como o futuro e o caminho absolutamente inevitável, a grande preocupação manifestada é assegurar a fiabilidade. Para tal, foi sugerido, pelo menos numa fase inicial ou experimental, a existência de “paper trail”, i.e., a existência de um boletim que funciona como a garantia da fiabilidade do voto digital, portanto, uma solução de voto digital presencial com menos implicações negativas em termos da fiabilidade. Neste contexto, numa das entrevistas foi referido que “quando um sistema eleitoral deixa de ser de confiança pessoal, mas passa a depender de uma entidade terceira (fornecedores ou fabricantes de software) que valida o processo, é arriscadíssimo”. Uma outra implicação decorre da infoexclusão que pode colocar em causa a eficiência desta medida.

No plano institucional, uma das instituições com as quais a CNE se relaciona é a ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social (um exemplo de um setor em que a presença direta do Estado foi substituída pela regulação) que, sendo posterior à CNE, é uma entidade muito relevante num domínio específico da atividade relacionada com a cobertura jornalística no período das campanhas eleitorais. A temática dos Órgãos de Comunicação Social (OCS), no decurso das entrevistas, assumiu destaque, tendo sido referido que a CNE deveria atribuir tempos de intervenção nos OCS e articular-

se com a ERC neste domínio. O princípio deve ser “todos têm tempo”, mas os tempos não têm de ser iguais (por exemplo, para as novas forças, dar o mesmo tempo que ao último dos já existentes). De qualquer das formas, deveria haver um critério objetivo, sendo que quem deve superintender é a CNE, que se deve articular com a ERC, mas ficando claro que a CNE deve tomar a iniciativa (se necessário, mobilizando-se com o Presidente da AR e com o envolvimento dos grupos parlamentares). Como nota final, ficou a percepção que está em conflito a necessidade de esclarecer os cidadãos (algo que é um tema para a CNE), com a preocupação com as audiências (algo que é uma preocupação dos OCS e se relaciona com questões de natureza económica e financeira das empresas que detêm os OCS).

Ainda no âmbito da importância dos OCS, embora extravasando a temática do tempo de cobertura mediática, entrou-se na discussão sobre o conteúdo/teor das questões colocadas nos debates organizados pelos OCS, nomeadamente, no caso dos canais de televisão. Neste âmbito, foi perceptível a falta de consenso nas múltiplas entrevistas, também consequência das diferentes experiências e percepções neste âmbito. No essencial, o que está em questão é alguma tendência para a aparente (pelo menos para alguns dos entrevistados) repetição das mesmas questões e respostas, limitando assim o leque de temas tratados pelos candidatos. Todavia, em vez de perspetivar intervenção neste domínio, noutras entrevistas a posição manifestada passa pelo esforço que os próprios candidatos devem fazer no sentido de, defendendo a sua posição, conseguirem suscitar um encaminhamento para outros temas. Ancorado ao tema dos OCS aparece o tema das sondagens, tendo sido chamada a atenção para a necessidade de encontrar novas regras pois, citamos, “os critérios não são corretos”.

Ainda no domínio da articulação entre a CNE e outras entidades, sobressaiu também nas entrevistas a relação entre o papel da CNE e outras organizações na dependência do Governo, especificamente no âmbito do Ministério da Administração Interna (STAPE/DGAI). A este propósito, no âmbito das entrevistas, ficou patente que a componente eleitoral do MAI tem vindo a “comprimir-se” e que a relação da CNE com o STAPE/DGAI, que tem tido oscilações ao longo do tempo, está agora melhor. Porém, não foi defendida a transferência de competências do STAPE/DGAI para a CNE, reconhecendo-se a importância da independência da CNE relativamente ao Governo, que garante, por exemplo, que a CNE possa – se for o caso – pronunciar-se sobre a participação de membros do Governo durante o período de campanha eleitoral. Genericamente, foi para todos entrevistados entendido que a CNE deve usufruir de uma autonomia como regulador.

No que respeita à visibilidade da CNE, foi referida a necessidade de a melhorar ao nível global. A maior parte dos entrevistados reconheceu não conhecer particularmente bem quais são as responsabilidades da CNE, embora se saiba que estão claramente definidas na legislação, e como esta se distingue de outras entidades que também participam na organização dos atos eleitorais, o que certamente não está dissociado do facto da CNE ter um papel, geralmente, de supervisão e, por essa razão, não ser particularmente visível.

No âmbito das múltiplas discussões, sobressaiu a importância da CNE assumir um perfil de “prestação de serviços à democracia portuguesa” contribuindo, por exemplo, com a construção de um conjunto de FAQs que, em tempo de eleições, facilite o trabalho das mesas de voto. Foi, ainda, referida a

necessidade da existência de um “caderno doutrinário”. Para a concretização das suas atividades, embora haja alguma tendência para apoiar o modelo atual de funcionamento da CNE, foi abordada a possibilidade de funcionar apenas nos períodos eleitorais, tal como acontece noutros países.

5.2- Fatores Económicos

No âmbito dos fatores económicos sobressaem duas linhas de reflexão. A primeira, relacionada com os recursos financeiros necessários para o funcionamento da CNE que, genericamente não sendo muito avultados, podem expor a CNE a decisões de natureza política, nomeadamente a sua extinção sob o argumento de redução de custos, sendo esta ameaça mais premente em períodos de contração económica. Neste domínio, embora numa linha diferente, ou seja, não advogando a sua extinção, refletiu-se sobre a necessidade de haver uma estrutura permanente de dimensão considerável para tratar de temas de natureza mais pontual (as eleições). Assim, foi ponderada a existência de um modelo de natureza permanente *versus* um modelo de natureza mais específica a cada ato eleitoral. Ademais, também se refletiu sobre a natureza dos elementos das mesas de voto que, no contexto atual, não são profissionais.

A segunda linha relacionada com o tema económico, centra-se na capacidade financeira diferenciada entre candidatos e o impacto que tal pode suscitar na sua capacidade de alcançar visibilidade junto dos eleitores. Este elemento, conforme se identificou no contexto das entrevistas alcança ou tem potencial de alcançar, uma vez que não ficou absolutamente claro que já seja um fenómeno em Portugal, maior importância quando se reflete sob o ponto de vista da presença em redes sociais com campanhas de informação/desinformação que mobilizam recursos financeiros relevantes. Associada a esta segunda questão, sobressai a problemática do financiamento dos partidos. A este propósito, reconhecendo-se que essa não é uma atribuição da CNE, ficou presente alguma preocupação com alguma falta de transparência a este nível.

5.3- Fatores Socioculturais

De acordo com os entrevistados, tem havido um conjunto de mudanças de natureza social e cultural com implicações nas eleições. Em primeiro lugar sobressai a maior mobilidade dos cidadãos eleitores quer dentro do país quer internacionalmente com implicações, por exemplo, na abstenção. Esta é uma questão incontornável e até com possibilidade de se vir a acentuar, sendo necessário assegurar as condições para incentivar e incrementar a participação dos cidadãos eleitores. Outro aspeto que sobressai prende-se com o envelhecimento da população e o papel crescente dos lares de idosos no contexto português. Ora, se por um lado, também estes cidadãos têm direito a votar, não se deve negligenciar a sua maior fragilidade e a possibilidade de poder haver alguma tentativa de manipulação destes eleitores (aspeto eventualmente mais crítico em contextos de voto eletrónico remoto/a distância).

Não obstante os múltiplos progressos verificados em Portugal, por exemplo ao nível da literacia e do acesso às tecnologias, é importante, ainda assim, que quaisquer alterações e/ou melhorias que venham a ser introduzidas não negligenciem que esses progressos não são uniformes e que o processo eleitoral deve estar capacitado para assegurar a resposta a todos os cidadãos, mesmo os que estejam em áreas mais remotas ou tenham menor conhecimento (conceito de “cidadão mínimo”), pois, como referido, todos têm o direito a participar.

Outro aspeto de natureza sociocultural prende-se com a maior conflitualidade no processo eleitoral, que se reflete no número crescente de queixas, e na maior exigência quanto ao tempo de resposta aos cidadãos. Neste particular, sobressai a importância da constituição de um conjunto de FAQs que possam facilitar e agilizar essa mesma resposta.

Para além de todos estes aspetos, um fator presente de forma transversal nas entrevistas centra-se na temática da abstenção. A este propósito discutiu-se a tendência verificada em Portugal para a maior abstenção, especialmente em determinados atos eleitorais, como é o caso das eleições Europeias, sem negligenciar a relação dos valores da abstenção com a natureza do número de eleitores registados nos cadernos eleitorais (cujo número depende, também, das regras específicas para cada ato eleitoral). Entre as múltiplas reflexões existentes, englobando um conjunto de iniciativas que possam contribuir para a redução deste fenómeno, também se identificou tratar-se de um fenómeno que não é específico a Portugal e que decorre do sentimento de que “nada muda se eu votar” (nesta lógica, conforme avançado numa das entrevistas, no Canadá regista-se 23% de participação eleitoral). Em resultado desta discussão, que abordou a temática da obrigatoriedade ou não do voto (com ou sem penalizações), a ideia prevalecente é que não votar também é um direito, cabendo à administração eleitoral assegurar que estão reunidas as condições para que seja cómodo exercer o direito de voto mas, na realidade, a mobilização dos eleitores deve decorrer da qualidade das propostas dos candidatos. Por fim, fica também a ideia de que as pessoas devem experienciar responsabilmente as consequências da sua abstenção.

Salienta-se, também, um conjunto de novos desafios trazidos pelas Redes Sociais digitais, tema que se encontra na confluência entre os fatores socioculturais e os fatores tecnológicos. Apesar da maior importância das redes sociais nas vidas dos cidadãos, e da crescente presença das candidaturas nestas redes, compreende-se a preocupação com a dificuldade de os cidadãos discernirem o nível de veracidade dos conteúdos, o que pode levar ao condicionamento de resultados eleitorais. Neste âmbito, pode ser necessário algum cuidado com a preocupação de equilíbrio entre a liberdade de expressão e a garantia (defesa) de cada um dos candidatos.

Um outro fator de natureza sociocultural relevante associa-se ao aparecimento de novos partidos e organizações políticas, movimentos de cidadãos e outras iniciativas que têm a pretensão de defender causas específicas e, para tal, esperam poder contar com acesso aos eleitores. Se é um facto que, por exemplo, movimentos de cidadãos se podem candidatar a eleições autárquicas (sendo este um aspeto que também se enquadra no âmbito dos fatores políticos e legais), uma consequência que pode suscitar a atenção e intervenção da CNE relaciona-se com a exposição mediática a que possam ter

direito. No limite, esta pretensão pode conflitar com o número e duração dos debates a realizar para assegurar a totalidade da representação dos candidatos e completa interação entre todos.

5.4- Fatores Tecnológicos

As discussões centradas nos fatores tecnológicos ocuparam um papel de destaque nas entrevistas realizadas, conforme já referido. Pela positiva, sobressai um conjunto de mecanismos facilitadores dos atos eleitorais propiciados pelas tecnologias que, no limite, poderiam permitir o voto eletrónico remoto e a desmaterialização dos Cadernos Eleitorais. Pela negativa, no entanto, sobressai um outro conjunto de preocupações com a perceção pública acerca da transparência de todo o sistema, agravado pela preocupação com todos aqueles que não têm facilidade na utilização de equipamentos eletrónicos, sem esquecer o recurso às tecnologias nas atividades de comunicação (antes ou durante os períodos próprios das campanhas), muitas vezes com teor sem respaldo na realidade e que, neste particular, pode exigir à CNE um esforço de informação aos eleitores no sentido de esclarecer o rigor de pseudo-informações sobre pessoas ou organizações.

Apesar de, ao longo das entrevistas ter sido praticamente unânime o reconhecimento das implicações e importância que as novas tecnologias têm e podem vir a ter no processo eleitoral, não foi unânime o entendimento acerca das áreas específicas e como é que tal acontece, tendo sido identificadas múltiplas vertentes relevantes. Uma dessas vertentes respeita à utilização do telemóvel e relaciona-se com a importância de assegurar que os eleitores não são pressionados ou influenciados no momento em que exercem o seu voto. Por outro lado, também foi referido o papel do telemóvel enquanto instrumento para identificação dos eleitores junto da mesa de voto e, conseqüentemente, se tal acontecer, se deve ser seguido o mesmo procedimento adotado com os cartões de cidadão, ou seja, se telemóvel deverá ser retido na Mesa de Voto e devolvido após o depósito do voto na urna.

Como acima referido torna-se relevante mencionar a importância atribuída à desmaterialização/digitalização dos Cadernos Eleitorais permitindo notórias vantagens a diversos níveis como a redução da Abstenção, face à atualização permanente da Base de Dados Eleitoral (algo que, de facto, já acontece, apesar de algum desconhecimento), mas também o aumento da rapidez da votação no decurso do processo eleitoral e, como efeito colateral, permitindo a facilitação do processo burocrático/administrativo da elaboração e transporte dos Cadernos para os locais de voto.

Uma outra vertente, ainda centrada no dia das eleições, associa-se à necessidade de melhoria do sistema de informação, fazendo uso das novas tecnologias para aliviar o centro de contacto permanente da CNE e assegurar uma resposta atempada e de qualidade às questões que possam ser colocadas por cidadãos ou, muito em particular, pelas mesas de voto. Para esta melhoria concorre a utilização de FAQs, BOTs e outros instrumentos.

Já numa perspetiva mais ampla, sobressai a crescente importância das redes sociais digitais (acentuada pela emergência da inteligência artificial) que podem ser utilizadas por partidos,

candidatos e outros intervenientes para a disseminação de informação. Por um lado, é importante reconhecer que a utilização destas redes sociais pode depender dos recursos económicos dos envolvidos (distintamente do que acontece, por exemplo, na cobertura jornalística “tradicional”), não sendo possível assegurar que todos têm idêntica possibilidade de recorrer às redes sociais digitais nem assegurar que outras pessoas e organizações que não estejam envolvidos na disputa eleitoral não interfiram no processo. Por outro lado, é necessário refletir sobre a relação entre estes instrumentos de partilha de informação e a disseminação de *fake news*, questionando-se sobre o papel que a CNE e outras entidades podem ter no sentido de minimizar as implicações que daqui decorrem (se for efetivamente possível o combate às *fake news*, o que também não é consensual), sendo que, a este propósito importa refletir, como foi destacado nas entrevistas, se o desmentido cabe à CNE ou outra organização ou aos próprios visados.

Por fim, destaca-se o voto eletrónico como tópico sobre tecnologia mais frequentemente referido nas entrevistas realizadas. Cumpre, em primeiro lugar, reconhecer a distinção feita pelos participantes entre o voto eletrónico presencial e à distância e, no caso do voto eletrónico presencial, a existência ou não de *paper trail* (aspeto que foi ao encontro de algumas das preocupações manifestadas), ou seja, que o voto resulte na impressão de um boletim de voto que seja depositado em urna para eventual verificação posterior da contagem. Não obstante, em qualquer dos cenários, reconhece-se que as soluções de voto à distância exigem um nível de segurança das comunicações muito elevado. No caso específico do voto eletrónico à distância, importa ainda dispor de instrumentos para garantir a identidade de quem está a votar e assegurar a inexistência de constrangimentos físicos ou psicológicos. Foi globalmente reconhecido que, acrescentando a todos os outros aspetos, é necessário que não haja quebra de confiança, sob pena de criar mais dificuldades do que soluções, sendo este fator mais sensível quando não há *paper trail*. Este é um aspeto mais de natureza da perceção do que um problema material, mas que implica a delegação da “monitorização” da contagem de cada membro da mesa de voto em especialistas, por ser tratar de um nível de sofisticação inacessível à maioria dos cidadãos. No âmbito desta discussão, foram envolvidos explicitamente os casos do Brasil, pela velocidade no conhecimento dos resultados, dos EUA, pelas dúvidas suscitadas sobre os resultados eleitorais, e da Eslovénia, como exemplo de liderança no domínio digital.

5.5- Fatores Ambientais

Apesar da crescente importância dos fatores ambientais para a atividade das organizações, no caso específico em apreço, seja visto na perspetiva da CNE ou na perspetiva do processo eleitoral, não sobressaíram questões consideradas muito importantes. A principal exceção centra-se nos impactos associados à produção, distribuição, recolha e armazenamento dos boletins de voto acrescentando o desperdício relativo aos boletins não utilizados. Neste domínio, afiguram-se positivas as iniciativas com vista à adoção do voto eletrónico “puro”, i.e., sem *paper trail*, e como negativas, as iniciativas com implicações na quantidade de papel utilizado, o que seria o caso, por exemplo, do voto preferencial, considerando-se a expectável aumento da dimensão dos boletins de voto.

Embora, no âmbito das entrevistas, o tema das catástrofes naturais não tenha sido abordado, abordou-se explicitamente a disrupção ocorrida e a possibilidade de voltar a ocorrer associada a crises pandémicas. No caso da Covid-19, um efeito que não foi ignorado foi o conjunto de implicações na realização de atos eleitorais e as consequências ao nível da abstenção (por exemplo, a Roménia, registou o maior decréscimo na participação eleitoral de que há registo). De todas as formas, fica a perceção do maior risco de ocorrência de eventos que possam condicionar o normal funcionamento dos atos eleitorais e que justifiquem uma reflexão/preparação centrada nos mecanismos alternativos para assegurar a realização de atos eleitorais em contextos atípicos.

6. Análise SWOT

Com base nas perceções refletidas pelos entrevistados e anteriormente agrupadas nos pontos PESTLA, bem como na análise dos questionários e demais recolha de informação, foram identificados os elementos para a análise SWOT e as atividades que a CNE pode desenvolver.

6.1- Oportunidades

a) Organização digital

- **Tecnologias que facilitam Cadernos Eleitorais atualizados e desmaterializados**, com vantagens em termos da qualidade da informação, apuramento mais rigoroso da abstenção e poupanças no consumo de papel;
- **Utilização de soluções tecnológicas para o voto**, entre as quais:
 - Boletim lido imediatamente pela “urna”;
 - Voto eletrónico com “paper trail”;
 - Voto eletrónico presencial;
 - Voto eletrónico domiciliário/à distância.

b) Capacidades organizacionais

- **Tecnologias que facilitam a atualização dos Cadernos Eleitorais**, apesar dos progressos já alcançados, com vantagens no apuramento mais rigoroso da abstenção e assegurar que os eleitores podem votar na mesa mais adequada face ao seu local de residência;
- **Apetência dos participantes no processo eleitoral para formação**, embora se reconheça grande dificuldade por não haver condições objetivas, entre outras, de disponibilidade das pessoas;
- **Soluções para melhorar o sistema de informação** com eventual criação de *bots* e de *FAQs* para assegurar resposta atempada às questões que possam surgir durante o período eleitoral;
- **Condições para contribuir para a codificação eleitoral** num único corpo com subcapítulos para as diversas eleições;
- **Alargamento do voto antecipado**;

- **Maior importância do telemóvel** cuja utilização no ato eleitoral pode ser regulada (por exemplo, para identificação dos eleitores);
- **Organizar o terreno e tempos de intervenção** de cada OCS em articulação com a ERC.

c) **Maior interação com eleitores**

- **Instrumentos para incrementar participação** dos eleitores;
- **Instrumentos para melhorar a capacidade de resposta** aos eleitores;
- **Instrumentos para preparar processo eleitoral** para o “eleitor mínimo”;
- **Instrumentos para melhorar a segurança das comunicações** por forma a garantir a identidade de quem está a votar e garantir a inexistência de constrangimentos físicos ou psicológicos.

d) **Supervisão**

- **Maior escrutínio domínio do financiamento eleitoral;**
- **Importância das redes sociais no período eleitoral** podendo a CNE contribuir para minimizar o impacto das *fake news*.

6.2- Ameaças

a) **Organização digital**

- **Riscos associados à digitalização**, que a CNE deve identificar e contribuir para mitigar;
- **Problemas com fiabilidade do voto eletrónico** que possa vir a ser implementado;
- **Impacto das redes sociais;**

b) **Capacidades organizacionais**

- Colocação de **propaganda eleitoral** sem definição clara de responsabilidades;
- Dificuldades na resposta ao **maior número de esclarecimentos;**
- **Maior conflitualidade** no âmbito dos atos eleitorais entre candidatos e entre os candidatos e a CNE.

c) **Perfil dos eleitores**

- **Abstenção;**
- **Maior mobilidade dos eleitores;**
- **Envelhecimento da população;**
- **Dificuldades na identificação de candidatos e eleitos**, por parte do eleitor comum.

6.3- Pontos Fortes

a) **Credibilidade**

- **Razoável conhecimento genérico sobre CNE;**
- Até hoje **não houve qualquer contestação global dos resultados eleitorais;**

- Há uma **ideia generalizada de que a CNE funciona bem**;
- CNE é uma **referência histórica**;
- A CNE tem estado à **altura das atribuições e responsabilidades em circunstâncias evolutivas ao longo de décadas**;
- Na intervenção da CNE não **existe registo de falhas, de parcialidade, etc.**
- **Atuação da CNE é considerada positiva.**

b) Credenciais

- **Independência**;
- **O facto da CNE ser permanente é uma importante mais-valia.**

6.4- Pontos Fracos

a) Estratégico

- Pontualmente tem sido defendida a **extinção da CNE ou que só deve existir nos períodos eleitorais.**

b) Desconhecimento

- **Desconhecimento claro e preciso das responsabilidades da CNE**;
- **Visibilidade insuficiente**;
- Tem mais que ver com o **enfraquecimento do papel da CNE**;
- **Falta alguma informação sobre o que a CNE faz.**

c) Deficiências organizacionais

- **Críticas sobre o funcionamento da CNE**, incluindo:
 - Ótica burocrática;
 - Posição fundamentalista sobre a colocação de propaganda eleitoral;
 - Dificuldades em prestar esclarecimentos durante o processo eleitoral;
 - Pouca de formação aos membros das mesas de voto;
- Tensão com os OCS;
- **Escassez de recursos humanos e materiais.**

7. Conclusões e Recomendações

Com base nos resultados do questionário realizado e as entrevistas realizadas resulta uma perceção mais alargada sobre as áreas em que a CNE tem um nível de desempenho elevado, mas também aquelas às quais deve estar atenta no sentido de acompanhar as mudanças que estão já em curso e as que se avizinham.

Focando a análise no último ato eleitoral, sobressai uma perceção generalizada sobre o bom funcionamento do mesmo, tendo sido possível assegurar a confidencialidade do voto, sem registo de tentativas de manipulação e com capacidade para responder às dúvidas dos eleitores. No entanto, foram elencadas algumas questões específicas a melhorar, como é o caso da formação dos membros das mesas de voto, apesar de globalmente terem cumprido adequadamente as suas funções.

No que se refere ao conhecimento sobre a atividade desenvolvida pela CNE, tendo presente que os respondentes já haviam participado em mesas de voto, verifica-se uma tendência para um bom conhecimento. Considera-se que, globalmente, a CNE divulga as informações e/ou recomendações em tempo útil havendo um conhecimento e confiança públicos sobre a CNE. Todavia, parece haver margem considerável para melhoria relativamente ao papel da CNE fora dos períodos de eleições (apesar da frequência de eleições ou referendos, conforme já referido), embora esse papel seja pertinente. Também se reconhece que a CNE, de forma global, faz respeitar as normas referentes à publicidade institucional e que consegue, através do seu website, das suas campanhas e folhetos informativos comunicar com sucesso, embora se note a presença de um conjunto alargado de respondentes que aparenta desconhecer esta comunicação, pelo que pode ser relevante o seu reforço. Já no que se refere ao contacto com a CNE durante os períodos eleitorais e fora desses períodos, embora haja uma percentagem larga de respondentes que não faz essa avaliação por, muito provavelmente não ter tido necessidade de contactar com a CNE, parece haver espaço para a melhoria da capacidade de resposta, o que também sobressai nos comentários feitos pelos respondentes que apontam para a necessidade de existência de outras formas de clarificação de questões que possam surgir.

No que se refere aos principais desafios, fica muito clara a importância da continuação dos esforços para redução da abstenção. Todavia, outras áreas como o envelhecimento da população e os desafios que tal aporta ao exercício do direito de voto, as dinâmicas tecnológicas associadas à desmaterialização dos cadernos eleitorais, o voto eletrónico e a prevenção dos riscos associados à digitalização são, sem dúvida, áreas para as quais a CNE é especialmente convidada a dar o seu contributo, num quadro de manutenção da independência organizacional, conforme refletem as respostas recebidas.

Considerando a atenção dos partidos e dos meios de comunicação social ao tema, também foi abordada a temática dos regime jurídico, leis eleitorais e lei orgânica do regime do referendo, embora não seja uma área de intervenção direta da CNE. Os resultados apurados revelam alguma tendência para a promoção de alterações, mas não com o nível de prioridade encontrado noutros temas.

A informação decorrente do questionário conjugada com a análise das entrevistas realizadas, com base na metodologia descrita previamente, permite listar um conjunto de áreas que podem ser prioritárias para a ação da CNE, nos domínios da imagem, da evolução no digital e as suas implicações, dos órgãos de comunicação social (tema que foi principalmente visado nas entrevistas) e da organização eleitoral.

Apesar de, globalmente, ser reconhecida a capacidade da CNE cumprir as suas atribuições responsabilidades no domínio eleitoral e o seu prestígio, foi notória, especialmente nas entrevistas, alguma insegurança no reconhecimento do papel exato desempenhado pela CNE. Nessa medida, pode ser necessária um esforço que venha a permitir que a CNE seja mais facilmente identificável e melhor reconhecido o trabalho desenvolvido por esta entidade, mantendo o foco em assegurar a fiabilidade e confiabilidade dos atos eleitorais. Compreende-se que os recursos e competências internos atualmente disponíveis possam ser insuficientes para cumprir este desiderato, mas pode justificar-se a sua obtenção externa ou desenvolvimento interno.

As questões relacionadas com a digitalização, mormente o voto eletrónico, para a generalidade dos respondentes e dos entrevistados são acolhidas com entusiasmo e, até, como uma inevitabilidade. Todavia, não deixou de haver um conjunto de pessoas que, de forma estruturada, apontaram limitações e riscos que importa ter em consideração, especialmente pela necessidade de reconhecer que o sistema atual permite que todos possam exercer o direito de voto, mesmo que não possuam competências digitais, e que é possível para a grande maioria dos eleitores a compreensão e a verificação dos resultados apurados, impedido que sejam suscitadas dúvidas sobre esses resultados.

Todavia, o impacto da tecnologia não se limita ao voto eletrónico que, caso avance, exigirá garantias de fiabilidade, seja na sua forma presencial ou remota e com ou sem “paper trail”, ou à tecnologia que possa automatizar a contagem dos votos. Outras vertentes foram focadas, nomeadamente a digitalização dos cadernos eleitorais, que também contribuiria para o esforços de “limpeza” dos cadernos eleitorais (aspeto presente, apesar do progresso já alcançado neste domínio), e o recurso às tecnologias para comunicar com os cidadãos e eleitores, passando pela presença nas redes sociais e o acompanhamento de “fake news” que possam requerer um esforço da CNE no apoio à sua clarificação. Para que a CNE possa acompanhar todos estes desenvolvimentos, importa que possa reforçar as competências digitais e recursos neste âmbito, sem descurar a possibilidade de articulação com entidades públicas ou privadas com valências nestes domínios.

Embora tal não tenha sido explicitamente abordado no âmbito do questionário, no contexto das entrevistas o tema dos Órgãos de Comunicação Social (OCS) esteve frequentemente presente e interage, entre outros, com as regras de propaganda eleitoral. Conforme foi reportado, a cobertura dos OCS das campanhas eleitorais tem suscitado discussão relativamente ao equilíbrio entre as opções editoriais dos diferentes OCS, preocupados com as audiências e outros critérios da sua atividade, com as regras que visam o equilíbrio na exposição mediática a que cada candidato ou candidatura tem acesso. Neste contexto, mais recentemente surgiu a ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social, entidade com protagonismo neste domínio e que, de alguma forma, veio influenciar o âmbito da intervenção direta da CNE junto dos OCS. Considerando-se importante a melhoria do relacionamento com os OCS, importa que a CNE possa manter a sua atenção a esta temática, eventualmente numa articulação mais próxima com a ERC.

Embora o voto eletrónico possa contribuir para resolver alguns dos desafios identificados, por exemplo decorrente da maior mobilidade dos cidadãos, é necessário tomar em consideração um

conjunto de outras soluções com implicações na organização eleitoral. Por um lado, relacionadas com o voto antecipado, sendo que neste caso surgiram preocupações e relatos acerca da salvaguarda dos boletins até serem finalmente contabilizados, o voto em mobilidade e o voto não presencial. Ainda no domínio do funcionamento, sobressaiu a importância de dotar os membros das mesas de mais conhecimento e acesso a informação para clarificação de situações mais sensíveis, por exemplo através do acesso a FAQs ou tutoriais.

No caso da alteração das leis eleitorais, que no âmbito do questionário já permitiu identificar algumas preocupações, como a questão dos círculos, nas entrevistas o tema foi tratado de forma mais aprofundado, convidando-se a CNE a participar na análise de vantagens e inconvenientes associados ao voto “preferencial” ou outro (Costa Lobo, 2018).

Apreciados os resultados obtidos no questionário e a discussão ocorrida nas entrevistas, parece ser claro que se justifica a existência da CNE com as características atuais, nomeadamente quanto à sua independência, e a existência de um conjunto de áreas em que a CNE deverá reforçar os seus recursos por forma a continuar a contribuir para o bom funcionamento eleitoral em Portugal. Reconhece-se, no entanto, que o reforço de recursos possa conflitar com restrições orçamentais uma vez que não há, no caso desta entidade, receitas próprias significativas que possam suportar o investimento a realizar. Considera-se que este é um desafio adicional para a CNE.

Referências

- Catt, H., Ellis, A., Maley, M., Wall, A., & Wolf, P. (2014). *Electoral Management Design – Revised Edition*. Strömsborg: International IDEA.
- CNE (2021a). *Estatuto e Composição*. Disponível em <https://www.cne.pt/content/estatuto-e-composicao>, acedido a 8 de Novembro de 2021.
- CNE (2021b). *Origem*. Disponível em <https://www.cne.pt/content/origem>, acedido a 11 de Novembro de 2021.
- CNE (2021c). *Plano de Atividades*. Disponível em <https://cne.pt/sites/default/files/dl/plano-atividades-orcamento-cne-2021.pdf>, acedido a 11 de Novembro de 2021.
- CNE (2023). *Origem*. Disponível em <https://www.cne.pt/content/origem>, acedido a 15 de junho de 2023.
- Costa Lobo, M. (2018), *Sistema Eleitoral Português*, Problemas e Soluções. Almedina.

Anexos

Anexo 1 – Questionário

Passo 1 – Envio de um e-mail

O objetivo é criar condições para que, quando as pessoas receberem a mensagem/link para o questionário, não sejam surpreendidas e não tenham dúvidas sobre a origem e legitimidade da mensagem.

Assunto: Comissão Nacional de Eleições

Saudação (depende da informação na Base de Dados, mas algo como Ex.mo Senhor/Ex.ma Senhora)
Nome

O sucesso na realização dos atos eleitorais em Portugal depende, em grande medida, do esforço dos milhares dos cidadãos, entre os quais se inclui, que se disponibilizam para o exercício de funções de membro de mesa eleitoral. A Comissão Nacional de Eleições (CNE) reconhece e agradece o esforço por todos desenvolvido e que contribui para a consolidação da Democracia em Portugal.

No âmbito das suas atividades, a CNE pretende conhecer a opinião dos cidadãos sobre a atividade que desenvolve e identificar os principais desafios que enfrenta. Neste contexto, reconhecendo o conhecimento que tem sobre o funcionamento das eleições em Portugal, iremos convidá-lo(a) a responder a um questionário anónimo que lhe faremos chegar brevemente.

Solicitamos que, depois de o receber, responda com a maior brevidade possível.

Com os melhores cumprimentos,

Pela CNE

(identificar já a pessoa que, mais tarde, possa também ser o contacto para algum esclarecimento)

Passo 2 – Envio do questionário (texto disponível na página de entrada do questionário)

(para além do questionário propriamente dito, será assegurada a introdução na plataforma de administração de questionários LimeSurvey, assegurando-se a confidencialidade e proteção dos dados dos envolvidos)

No âmbito das competências atribuídas à Comissão Nacional de Eleições (CNE), o presente questionário visa recolher informações que contribuam para a **reflexão sobre o papel atual e futuro da CNE**, quais os principais desafios e possíveis melhorias a implementar.

Agradecemos desde já a disponibilidade para participar. A resposta ao questionário demorará **cerca de 10 minutos**. Caso tenha alguma dúvida poderá contactar (CNE indicar pessoa que possa, num contacto telefónico ou por e-mail, atestar a origem do e-mail dirigido às pessoas).

As respostas são confidenciais e somente utilizadas para este estudo. Caso pretenda fazer chegar à CNE outras informações e contributos que considere relevantes, poderá fazê-lo através do e-mail ...

Secção 1 – Perceção sobre o funcionamento da mesa no último ato eleitoral

1. Tomando como referência o **último ato eleitoral**, considerando uma escala de 1 a 5, em que **1 corresponde a “Discordo Totalmente”** e **5 corresponde a “Concordo Totalmente”**, qual a sua concordância com as seguintes afirmações:

	1 – Discordo Totalmente	2 – Discordo	3 – Não Concordo Nem Discordo	4 – Concordo	5 – Concordo Totalmente
As informações (ex. manual dos membros das mesas eleitorais) para os membros da mesa foram divulgadas em tempo útil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O material destinado à mesa de voto (ex. boletins de voto) foi rececionado em tempo útil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As informações (por exemplo, constantes no manual dos membros das mesas eleitorais) acerca das atividades a desenvolver pelos membros da mesa eram claras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A mesa conseguiu dar resposta às dúvidas dos eleitores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A mesa estava preparada para receber eleitores com dificuldades de mobilidade, deficiências ou outras necessidades especiais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Foi assegurada a confidencialidade de todos os votos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Todos os membros da mesa cumpriram a sua função adequadamente (ou seja, de acordo com o preconizado no manual dos membros das mesas eleitorais)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os eleitores estavam aptos a poder votar (apresentaram-se na mesa de voto apropriada e estavam na posse do Cartão de Cidadão)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não houve, por parte dos eleitores, tentativas de fraude/manipulação da votação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os eleitores tinham conhecimento das normas de segurança aplicáveis (Covid-19)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Secção 2 – Conhecimento e percepção sobre a CNE

2. Quão bem considera conhecer a atividade desenvolvida pela CNE?

- Muito Bem
 Bem
 Nem Bem Nem Mal
 Mal
 Muito Mal

3. Como tomou conhecimento sobre a atividade desenvolvida pela CNE? (pode assinalar mais do que uma opção)

- Comunicação Social
 Partidos Políticos
 Pesquisa Individual
 Participação na Mesa de Voto
 Outra Forma. Qual? _____

4. Numa escala de 1 a 5, **correspondendo 1 a “Discordo Totalmente” e 5 a “Concordo Totalmente”**, indique o seu grau de concordância com as seguintes afirmações acerca da sua **percepção sobre a atividade da CNE**. Caso considere mais adequado, poderá selecionar a opção “Não Sei / Não Respondo”.

	1 – Discordo Totalmente	2 – Discordo	3 – Não Concordo Nem Discordo	4 – Concordo	5 – Concordo Totalmente	Não Sei / Não Respondo
A CNE divulga as informações e/ou recomendações em tempo útil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As competências da CNE são conhecidas de forma pública	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A sociedade (eleitores, partidos, etc.) confia nos pareceres da CNE	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A CNE transmite confiança à sociedade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A CNE transmite confiança aos membros da mesa de voto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O papel da CNE fora dos períodos de eleições é perceptível	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O papel da CNE fora dos períodos de eleições é pertinente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

A CNE faz respeitar as normas referentes à publicidade institucional dos partidos ou, consoante o caso, dos candidatos (assegurando a liberdade de propaganda)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A CNE faz respeitar as normas referentes à publicidade institucional dos órgãos do Estado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5. Indique, também numa escala de 1 a 5, **correspondendo 1 a “Discordo Totalmente” e 5 a “Concordo Totalmente”**, a sua concordância com as seguintes afirmações acerca das **formas de diálogo e contacto por parte da CNE**. Caso considere mais adequado, poderá selecionar a opção “Não Conheço / Não Respondo”.

	1 – Discordo Totalmente	2 – Discordo	3 – Não Concordo Nem Discordo	4 – Concordo	5 – Concordo Totalmente	Não Conheço / Não Respondo
O website contém toda a informação necessária	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O website está adequadamente estruturado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As campanhas televisivas são eficazes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os folhetos informativos são claros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
É fácil contactar a CNE durante os períodos eleitorais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
É fácil contactar a CNE fora dos períodos eleitorais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

6. Se tivesse que definir a CNE, que palavras utilizaria?

	Sim	Não
Confiável	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Independente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Respeitável	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Credível	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Austera	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Intransigente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra. Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Secção 3 – Desafios, oportunidades e prioridades

7. Com base na sua perceção, **qual a importância dos seguintes desafios/opportunidades para a atividade da CNE** nos próximos anos (assuma, se necessário, um horizonte temporal de 20 anos) [nota: opções de resposta a apresentar de forma aleatória]:

	Muito Baixa	Baixa	Média	Alta	Muito Alta
Redução da abstenção	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Envelhecimento da população	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Maior mobilidade da população	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desmaterialização dos cadernos eleitorais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Novas alternativas para voto presencial (por exemplo, durante os dias úteis)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Flexibilização do voto em mobilidade (por exemplo, sem inscrição prévia)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Flexibilização do exercício de voto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Voto eletrónico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Novas formas de participação dos cidadãos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alargar as competências da CNE no âmbito das eleições	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Prevenir riscos associados à digitalização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Novas formas de disponibilização de materiais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Realizar ações de formação para os membros das mesas de voto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desenvolver novas formas de formação dos membros das mesas de voto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Manter a independência organizacional da CNE	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro. Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8. Numa escala de 1 a 5, correspondendo 1 a “Discordo Totalmente” e 5 a “Concordo Totalmente”, indique o seu grau de concordância com as seguintes afirmações acerca das **eleições em Portugal**. Caso considere mais adequado, poderá selecionar a opção “Não Conheço / Não Sei / Não Respondo”.

	1 – Discordo Totalmente	2 – Discordo	3 – Não Concordo Nem Discordo	4 – Concordo	5 – Concordo Totalmente	Não Conheço / Não Sei / Não Respondo
É importante rever o regime jurídico do recenseamento eleitoral	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
É importante rever a lei eleitoral do Presidente da República	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

É importante rever a lei eleitoral da Assembleia da República	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
É importante rever a lei eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
É importante rever a lei eleitoral para o Parlamento Europeu	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
É importante rever a lei eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
É importante rever a lei eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
É importante rever a lei orgânica do regime do Referendo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

9) Se nas respostas à questão anterior considerou importante rever a(s) lei(s) eleitoral(is), por favor explicita que alterações considera mais relevantes:

10. Que outras oportunidades identifica para a melhoria do processo eleitoral em Portugal?

Secção 4 – Caraterização sócio-demográfica dos respondentes

11. Sexo:

(refletir sobre as opções apresentadas)

- Masculino
- Feminino
- Prefere não responder

12. Idade:

- 18-25 anos
- 26-35 anos
- 36-45 anos
- 46-55 anos
- 56-65 anos
- 66 ou mais anos

13. Habilitações literárias:

- Inferior ao ensino secundário
- Ensino secundário ou equivalente completo
- Licenciatura/Bacharelato
- Pós-Graduação
- Mestrado
- Doutoramento

14. Região de residência (NUTS II):

- Norte
- Centro
- Área Metropolitana de Lisboa
- Alentejo
- Algarve
- Região Autónoma dos Açores
- Região Autónoma da Madeira

15. Quantas vezes já participou em mesas de voto?

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6 ou mais

16. Já assistiu a formação ministrada pela CNE para membros das mesas de voto?

- Sim
- Não

17. Já assistiu a formação ministrada por outra entidade para membros das mesas de voto?

- Sim
- Não

Anexo 2 – Guião de Entrevistas

O Guião de Entrevistas não foi seguido de forma absolutamente rigorosa mas apenas serviu para dinamizar um diálogo onde a opinião do entrevistado não se limitou a uma resposta taxativa a um questionário mas onde foi convidado a expor, de forma aberta, as suas opiniões sobre os temas propostos.

O Guião seguidamente apresentado reflete esse desiderato sendo um início de conversa que, frequentemente, derivava para outras abordagens.

OBJECTIVO 1

Qual a perceção externa sobre o papel atual e futuro da CNE, tomando em consideração o papel de outras entidades com intervenção nos processos eleitorais?

Este objetivo tem a ver, fundamentalmente, com o inquérito já realizado na altura das entrevistas. Nestas será importante apresentar as principais conclusões e colocar algumas questões com elas relacionadas.

- 1.1 Esperava estas conclusões?
- 1.2 Porquê
- 1.3 Qual a importância que atribui a estas perceções por parte do público?
- 1.4 A CNE é uma entidade que se caracteriza pela sua independência. O que pensa sobre esta independência e qual pensa ser a perceção dessa independência no exterior da CNE?
- 1.5 Entende que, face a estes resultados, deveriam ser realizadas campanhas de esclarecimento das principais missões da CNE, do que tem sido realizado e do que está em preparação?

OBJECTIVO 2

Quais os desafios atuais?

2.1 Sem recorrer obrigatoriamente às definições legais e estatutárias, sinalize, sucintamente, quais são, para si, as principais competências cometidas à CNE.

(No inquérito realizado 68% dos respondentes, membros das mesas de voto nas últimas eleições, consideram conhecer bem ou muito bem essas competências).

2.2 A lista seguinte representa a lista formal das competências atribuídas à CNE:

- a. Promover o esclarecimento objetivo dos cidadãos acerca dos atos eleitorais e referendos, designadamente através dos meios de comunicação social;
- b. Assegurar a igualdade de tratamento dos cidadãos em todos os atos do recenseamento, das operações eleitorais e dos referendos;
- c. Assegurar a igualdade de oportunidades de ação e propaganda das candidaturas e dos intervenientes nos referendos;
- d. Aprovar o mapa calendário de cada eleição/referendo;

- e. Aprovar o mapa com o número de deputados à AR e à ALRAA e sua distribuição pelos círculos eleitorais;
- f. Registrar a declaração dos partidos políticos de participação nas campanhas dos referendos;
- g. Verificar a regularidade do processo de constituição dos grupos de cidadãos eleitores em referendos e registar a correspondente inscrição;
- h. Decidir os recursos das decisões tomadas pelas comissões eleitorais (existente em cada posto consular), nas eleições para o Conselho das Comunidades Portuguesas;
- i. Proceder à distribuição dos tempos de antena na rádio e na televisão entre as diferentes candidaturas e intervenientes no referendo;
- j. Propor ao Tribunal Constitucional a suspensão de tempos de antena;
- k. Decidir os recursos das decisões relativas à utilização e distribuição de salas de espetáculos e de recintos públicos para a campanha;
- l. Autorizar a realização de sondagens em dia de ato eleitoral ou referendário, credenciar os entrevistadores e fiscalizar o cumprimento das regras, bem como anular, por ato fundamentado, autorizações previamente concedidas;
- m. Construir e presidir às assembleias de apuramento geral dos círculos da Europa e de fora da Europa na eleição da Assembleia da República;
- n. Elaborar o mapa dos resultados oficiais das eleições/referendos;
- o. Apreciar a legalidade das receitas e despesas e a regularidade das contas da campanha para o referendo;
- p. Aplicar as coimas às estações de rádio e televisão por violação das regras sobre o direito de antena e a sondagem em dia de ato eleitoral ou referendário;
- q. Aplicar as coimas correspondentes a contraordenações praticadas por partidos políticos, coligações ou grupos de cidadãos, por empresas de comunicação social, de publicidade, de sondagens ou proprietárias de salas de espetáculos, em eleições autárquicas e referendos;
- r. Desempenhar as demais funções que lhe são atribuídas pelas leis eleitorais.

Considerando esta lista quais as que considera estarem em falta ou, pelo contrário, serem irrelevantes?

2.3 Entende serem necessárias uma maior informação e divulgação pública sobre as competências da CNE?

OBJECTIVO 3

Como dar resposta aos desafios atuais?

3.1 Considerando as competências acima referidas, como define o seu grau de execução?

3.2 Quais as principais dificuldades que se têm colocado e que têm dificultado o cumprimento daquelas?

3.3 Como melhorar as respostas dadas a estes desafios?

OBJECTIVO 4

Quais os desafios futuros

- 4.1 Que desafios futuros, para cumprimento da sua missão, considera serem os mais relevantes e com implicações no funcionamento da CNE?
- 4.2 Como resolver esses desafios?
- 4.3 Quais, se algumas, alterações estatutárias se tornam necessárias?
- 4.4 Como entende a definição dos papéis cometidos à CNE e a outros organismos como, por exemplo o MAI, na resposta aos desafios de 4.1?

OBJECTIVO 5

Melhores práticas das entidades congéneres

- 5.1 Tem conhecimento de práticas utilizadas por entidades congéneres estrangeiras que possam/devam vir a ser aplicadas?

OBJECTIVO 6 *(só para público interno)*

Como dotar a CNE das capacidades operacionais para dar resposta aos desafios atuais e futuros já referidos nas questões anteriores?

Anexo 3 – Lista de Participantes nas Entrevistas

Nome	Meio de interação	Data
Dr. João Almeida	Presencial	2023-01-11
Dr. João Soares	Presencial	2023-03-08
Prof. André Freire	Presencial	2023-03-13
Prof ^a Ingrid Joana Bicu	Distância	2023-03-15
Eng. ^o Miguel Pinto Luz	Presencial	2023-03-20
Dr. Luís Marques Guedes	Presencial	2023-03-22
Dr. João Ferreira	Presencial	2023-03-23
ANAFRE – Dr. Luís Newton	Distância	2023-04-03
ANAFRE – Dr. Nuno Gaudêncio	Distância	2023-04-03
Eng. ^o Ângelo Correia	Presencial	2023-04-05
Prof ^a Marina Costa Lobo	Presencial	2023-05-05
Cte. Luís Correia	Presencial	2023-05-12
Prof. Miguel Poiares Maduro	Distância	2023-05-15